



filantropia[®]

Voluntariado & Terceiro Setor



Com extremas
dificuldades para
sobreviver, entidades
ganham socorro do
Ministério da Saúde

SOS

Hospitais Filantrópicos



Administração

A melhor maneira de se administrar uma entidade filantrópica

Aniversário da Apae

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais completa 50 anos de luta pela inclusão social

Legislação

Como recuperar os tributos pagos pelo Terceiro Setor indevidamente

Responsabilidade Social

O investimento social já é prioridade para muitas empresas



Entrevista

Oded Grajew

faz um balanço da atuação do Instituto Ethos e dos avanços do movimento de responsabilidade social no Brasil

Sufrágio

o maior dever de cidadania do Terceiro Setor



É comum o brasileiro se deparar com pensamentos apolíticos e desestimulantes quando o assunto é eleição. Afinal, as decepções, no sentido lato da palavra, que já tivemos em tal cenário, desde a época da ditadura e dos primórdios democráticos, são extremamente substanciais.

A maldição do poder que assola a vida vitimou Getúlio Vargas, Tancredo Neves, Ulisses Guimarães, Eduardo Magalhães e outros, contribuindo para o acréscimo da decepção do povo por dias de justiça, equilíbrio social com a certa distribuição da renda, erradicação da pobreza, do analfabetismo e da violência.

As experiências amargas que o povo viveu ante a deposição de Fernando Collor; os escândalos dos anos do orçamento, Pita, Maluf, Melão, e outros; a falta de decoro parlamentar que levou à exoneração de dezenas de políticos, entre eles Antônio Carlos Magalhães e as campanhas bizarras por cargos políticos, desde Zé do Caixão ao homem da Pamonha, leva a sociedade a desacreditar no processo eletivo.

No entanto, o Terceiro Setor não pode se abster de tal processo. É necessário que busque seus representantes municipais, pois são eles que possuem a prerrogativa de legislar no município sobre a repartição e fiscalização do dinheiro público.

O mega investidor George Soros, em sua clássica obra *A Crise do Capitalismo*, diz que os americanos, em geral, votam com os talões de cheque e fazem *lobby* pela legislação que atende a seus interesses pessoais. É nesse âmbito que defendemos a importância do setor social no processo eleitoral, tentando defender o verdadeiro interesse dos desprovidos por meio da política.

Não estamos saindo na defesa pela troca de missão das entidades, de social para a política, mas sustentamos que o Terceiro Setor deve assumir seu papel de maior partido político do Brasil, pois possui a maior representatividade do país, já que está radicado, sem exceção, em todos os municípios, por meio das entidades religiosas ou beneficentes, e verdadeiramente possui propostas de campanha, que é a promoção humana.

Nós, da **Revista Filantropia**, conclamamos a todos pela **união**, para que juntos possamos exercer nosso direito de cidadania no próximo dia 3 de outubro, visando não eleger aquele que se utiliza de nossa obra para palanque na véspera de campanha, mas sim aqueles que formamos dentro do berço do bem, para lutar por nossos ideais, que é a sinergia do homem no caminho da solidariedade, pois voto é amor ao Terceiro Setor.

“Quando seus sonhos se despedaçarem, varra os pedaços e guarde-os. Pontinhas de esperança podem ser encontradas nas ruínas de sonhos estilhaçados.”

Cherry Hartman

Conselho Editorial

Semana Nacional pela Cidadania e Solidariedade



Um dos anúncios das 8 Metas do Milênio

A Semana Nacional pela Cidadania e Solidariedade, idealizada pelo Instituto Ethos, é uma campanha pelas Metas do Milênio, compromisso firmado entre a ONU e seus países membros em 2000. Essas metas englobam oito objetivos que devem ser alcançados pelos países até 2015, por meio de ações dos governos e da sociedade. Neste ano, o evento aconteceu entre os dias 9 e 15 de agosto, e teve como símbolo de solidariedade Herbert de Souza, o Betinho. Alguns dos participantes brasileiros são: Banco Real; Instituto Ayrton Senna; Nestlé; Assessoria Especial da Presidência da República, entre outros.

www.ethos.org.br

Nova presidência do CNAS

No dia 24 de agosto, o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, deu posse à Márcia Maria Biondi Pinheiro e à Dalila Maria Pedrini como presidente e vice-presidente respectivamente do Conselho Nacional de Assistência Social. O mandato tem duração de um ano, sendo que uma das principais metas da nova gestão é aprovar e normatizar a Política Nacional de Assistência Social, com a implantação do Sistema Único da Assistência Social (Suas).

www.desenvolvimentosocial.gov.br

Criança e Desenvolvimento Integral

A partir de uma parceria entre a Unicef e a Itaipu Binacional nasceu o projeto Criança e Desenvolvimento Integral, que visa melhorar a vida de cerca de 80 mil crianças no Paraná. A capacitação de pouco mais de 3 mil agentes comunitários de saúde, líderes da Pastoral da Criança e professores é feita para transmitir informações sobre os cuidados com a primeira infância (da gestação até os 6 anos) em 28 municípios do Estado paranaense.

www.unicef.org.br



Troféu Voluntários da Gerais

O troféu entregue a empresas, ações voluntárias individuais ou em grupo, existe desde 2001 e abrange diversas cidades mineiras. Neste ano, cerca de 100 ações de 29 cidades do Estado estão concorrendo. O número de inscritos aumentou porque houve uma mudança no regulamento e o prêmio está sendo concedido por meio de indicações feitas por ONGs.

Programa para o Futuro

O projeto Programa para o Futuro, desenvolvido para jovens carentes no Porto Digital de Recife, une inclusão social e digital para aumentar a empregabilidade e criar um processo inovador de ensino. Além de matérias práticas (português, matemática e inglês) e técnicas (*hardware* e *software*), o programa traz disciplinas como criatividade, gênero, desenvolvimento profissional, relações humanas e oratória.

www.portodigital.org

Alunos do Porto Digital aprendendo técnicas de *hardware*



Adultos voltam às salas de aula

Segundo o Censo Escolar, 3,7 milhões de estudantes com 25 anos ou mais estavam cursando os ensinos fundamental e médio em 2003. De acordo com a pesquisa, os alunos dessa faixa etária representam 7,7% dos 47,9 milhões de estudantes dessas etapas de escolarização, e estão nessa situação porque não tiveram oportunidade de terminar os estudos no período regular. Há cinco anos, o número de adultos na educação básica era de 2,6 milhões e representava 5,5% dos alunos.

Caminhada Avon contra o câncer de mama

A tradicional corrida e caminhada contra o câncer de mama, que acontece anualmente no mundo todo para apoiar hospitais que tratam a doença, inspirou uma brasileira a iniciar uma campanha. Para que Luciane pudesse participar da caminhada da Avon para Pesquisa de Câncer de Mama, de 65 quilômetros, precisava arrecadar US\$ 1.800 para destinar à causa. No entanto, essa quantia já foi ultrapassada e ela pretende arrecadar ainda mais para ajudar as pessoas que, como ela, sofrem com a doença. Acesse o site e faça sua doação!

www.avonwalk.org

Luta pela paz no dia-a-dia

Iniciativa do projeto Luta pela Paz, do Viva Rio, o Luta pela Paz no Dia-a-Dia ganhou o prêmio do 3º Concurso Rede Andi para Projetos em Comunicação pelos Direitos da Criança e do Adolescente. O projeto consiste numa série de debates que reúne moradores do Complexo da Maré e estudantes do Centro Educacional Anísio Teixeira (Ceat), para discutir a realidade e os direitos. Os jovens participantes escreverão uma redação com propostas de soluções para os problemas apontados nos encontros.

 www.vivario.org.br



Direito e a Igreja

Realizado pela Econômica Desenvolvimento e Consultoria Empresarial, o curso **Direito e a Igreja** ofereceu palestras sobre temas como direito canônico, a relação da Bíblia com a lei e as especificidades do direito civil, trabalhista comercial e tributário para as entidades religiosas. Um dos palestrantes, o padre Celso Altenhofen, fez uma ligação entre as ações da Igreja e do Estado e especificou os direitos da Igreja. O dr. Marcos Biasoli, editor da **Revista Filantropia** e coordenador geral do curso, palestrou sobre a Igreja e os direitos canônico e tributário.

 www.economica.com.br



Pe. Celso Altenhofen durante palestra

Canadá em prol do semi-árido brasileiro

Um grupo de professores de uma escola pública do Canadá quer lançar uma campanha de conscientização sobre as cisternas do semi-árido brasileiro. A iniciativa é apoiada pela entidade Desenvolvimento e Paz, membro da Rede Cáritas Internationalis do país, que ajuda projetos sobre recursos humanos em diversos países, inclusive o Brasil.

Humanização Hospitalar em Ação

União entre a Associação Viva e Deixe Viver, Doutores da Alegria, Projeto Carmim e Hospital das Clínicas FM-USP, o Projeto de Humanização Hospitalar em Ação teve como objetivo a conscientização dos profissionais da saúde sobre o tema nos ambientes hospitalares. Em parceria com a Associação Paulista de Medicina (APM), o presidente da Associação Viva e Deixe Viver fez uma palestra sobre o papel do médico e da comunicação para a saúde, evento que integrou uma série de seminários.

Fórum de Empresas e Responsabilidade Social

A 28ª edição do Fórum de Empresas de Responsabilidade Social, realizado pelo Instituto Superior de Administração e Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), discutiu a falta de leis de incentivo fiscal que apoiem projetos sociais. O consultor Eduardo Szazi, a professora da FGV, Fabiane Bessa e o diretor da Faculdade de Artes do Paraná, Roberto Meira debateram o tema.

Imagens da Inclusão

A exposição Imagens da Inclusão, incentivada por empresas como Grupo Pão de Açúcar, Visa do Brasil e Shopping Jardim Sul, retratou a potencialidade dos portadores de necessidades especiais, além de suas limitações. A exposição contou com 24 trabalhos e traz imagens de pessoas realizando tarefas julgadas impossíveis, causando impacto e sensibilidade no público. Segundo o censo de 2000, cerca de 14,5% da população brasileira tem algum tipo de deficiência física ou mental.

Uma das imagens da exposição



2º prêmio de jornalismo Fórum Metropolitano de Segurança Pública

Vencedores do 2º prêmio Fórum Metropolitano de Segurança Pública

Telejornalismo

Matéria: Violência em Guarulhos

Jornalista: Sylvestre Serrano

Produtor: Rodrigo Hornhardt

Editora: Luciana Cantão

Veículo: TV Globo / SPTV 1ª Edição

Radiojornalismo

Matéria: Série – Drogas nas veias do Brasil

Jornalista: Sabrina Silveira Almeida Pires

Veículo: Rádio Eldorado

Jornais editados no município de São Paulo

Matéria: Para moradores tráfico e uso de drogas
são causa da violência

Jornalista: Ingrid Griebel e Alexandre Hisayasu

Veículo: Diário de São Paulo

Jornais da Região Metropolitana de São Paulo

Matéria: 25% dos assassinatos acontecem
das 12 às 18 horas

Jornalista: Simone Perez

Veículo: Diário da Região Mogi das Cruzes

Revistas

Matéria: Em busca da paz

Jornalista: Daniela Tcherniacowski

Veículo: Revista Filantropia

Categoria Jornal Eletrônico

Matéria: O grafite como arma

Jornalista: Simone Perez

Veículo: Terra de Os

Jornalista da Revista Filantropia é premiada

Daniela Tcherniacowski, jornalista responsável da **Revista Filantropia**, recebeu, em agosto, o 2º prêmio de jornalismo Fórum Metropolitano de Segurança Pública, na categoria revistas, pela reportagem de capa "Em Busca da Paz", publicada na edição 12 da publicação. Promovido pelo Fórum, integrado pelos prefeitos dos 39 municípios da Grande São Paulo, o prêmio objetiva ampliar a discussão de medidas de redução da criminalidade.

A manhã de solenidade foi realizada no Centro Cultural Francisco Carlos Muriconi, em Suzano, simultaneamente ao Dia Metropolitano de Prevenção à Violência e contou com a apresentação do coral da cidade.

Os troféus entregues foram feitos pelos alunos de artes plásticas do Barracão Cultural da Cidadania do Parque Paraíso, em Itapeverica da Serra, na Grande São Paulo. As peças simbolizam a paz rompendo as grades da violência.



Daniela Tcherniacowski, jornalista da Revista Filantropia e vencedora do prêmio

Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino

Em agosto, a diretoria da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino (ABMES) se reuniu e tomou algumas decisões: foram analisados os princípios apresentados no documento Reforma Universitária, apresentado pelo Ministério da Educação; houve a entrega de expedientes ao Secretário Executivo do MEC, Fernando Haddad, para resolver problemas ligados às instituições de ensino superior e das condições do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies); início da pesquisa Contribuição das IES Particulares ao Desenvolvimento Social e definiram o regulamento do Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério 2004.



www.abmes.org.br

Nova sede do Viva e Deixe Viver

Em agosto, a Associação Viva e Deixe Viver apresentou a jornalistas, patrocinadores, publicitários e convidados o imóvel que abrigará sua sede, no Jardim América, em São Paulo. O evento, que também celebrou o aniversário de 7 anos da entidade, foi comandado pelo fundador Valdir Cimino. Na ocasião, ele divulgou os projetos que a associação pretende atrair entre parceiros da iniciativa privada. A nova sede, adquirida por meio da contribuição de seus sócios mantenedores, da parceria com a Litodesign e de um prêmio da Amex, passa por uma reforma para atender às necessidades da organização.



www.vivaedeixeviver.org.br

Encontro sobre Responsabilidade Social

O Encontro Internacional sobre Responsabilidade Social, realizado pelo Grupo Bureau Veritas Quality International do Brasil, trouxe experiências de empresas socialmente responsáveis, como a Petrobrás e a CPFL. Também discutiu os tipos de certificação existentes na área, como o SA 8000 de responsabilidade social, o ISO 14001 de gestão ambiental e o SASSMAQ de avaliação de segurança, saúde, meio ambiente e qualidade.



Paulo Ivo, diretor do Grupo Bureau Veritas Brasil



www.bureauveritas.com.br

Banco de Alimentos e Colheita Urbana

O II Encontro Nacional de Bancos de Alimentos e Colheita Urbana, realizado em São Paulo, abordou temas relacionados à educação alimentar e combate ao desperdício. Entre os participantes estavam o diretor superintendente da ONG Apoio Fome Zero, Walter Belik, o coordenador do Banco de Alimentos da cidade de São Paulo, Emiliano Milanez Graziano da Silva, e o coordenador nacional do programa Mesa Brasil Sesc, Willian Silveira. Charles Seiden, presidente da Associação Canadense de Bancos de Alimentos, expôs o modelo usado no Canadá.



Palestra do canadense Charles Seiden

Profissionalização do Terceiro Setor

Entidades do Terceiro Setor tentam adotar novas estratégias para captar recursos. Além de fazer uso das doações, bazares e eventos, as instituições estão em busca da profissionalização para dar melhor continuidade aos trabalhos. Outro fator percebido é a necessidade de ter uma estruturação financeira, como as empresas, utilizando ferramentas como estratégias de marketing e parcerias.

Título de Cidadão Paulistano

O diretor-presidente do Instituto Presbiteriano Mackenzie, dr. Custódio Pereira, recebeu o título de Cidadão Paulistano oferecido pelo presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Arselino Tatto. O título é concedido a personalidades que atuam promovendo a cidadania e que divulgam a capital paulistana. A cerimônia é considerada uma das mais importantes do Legislativo Municipal.



Dr. Custódio Pereira, presidente do Instituto Presbiteriano Mackenzie

Prêmio Eco

O prêmio, criado em 1982 pela Câmara Americana de Comércio, homenageia empresas que atuam na área social. Neste ano, 114 projetos estavam inscritos. Os vencedores de 2004 foram: na área de cultura, o projeto Guia de Histórias, da Astro Torrefação e Comércio de Café; na área de educação, o projeto Formare, da Iochpe Maxion; na área de meio-ambiente, o projeto Natureza Preservada, Futuro Garantido, da Colgate-Palmolive; na área de participação comunitária, o projeto Construção de Cisternas Caseiras, da Sol Embalagens, e na área de saúde, o projeto Mãe-Canguru, da Fundação Orsa.



www.amcham.com.br

Brasil e as metas do milênio

Entre os 191 países signatários da Declaração do Milênio, o Brasil é o único que conseguiu avanços nos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. A afirmação foi feita pelo assessor especial de Mobilização Social da Presidência da República, Roberto Guimarães, que disse também que até o final do ano, o presidente Lula vai apresentar os resultados do país de acordo com as quatro estratégias de atuação: divulgação de um Relatório Nacional; elaboração do Projeto Milênio; criação de uma Campanha Nacional de Massa e conjunto de Projetos de Voluntariado.

Criança Esperança

O Criança Esperança, programa existente há 19 anos e reconhecido pela ONU como modelo internacional, arrecadou mais de R\$ 16 milhões em 2004. Com o valor recorde, houve um crescimento de 73% em relação a 2003.

PIB na Amazônia

Segundo pesquisas, a Amazônia tem potencial para responder por aproximadamente 40% do PIB brasileiro, se o governo estabelecer um plano de investimento e incluir a região na lista de prioridades.

Trabalho infantil

Uma nova iniciativa surgiu para tentar erradicar o trabalho infantil no Brasil. É o Programa de Comunicação para Erradicação das Piores Formas de Trabalho Infantil, que pretende diminuir o problema por meio da informação.

Semana Nacional do Excepcional

A 40ª Semana Nacional do Excepcional, realizada pela Federação Nacional das Apaes, teve como tema este ano a inclusão e o voluntariado. A Apaes realiza o encontro anualmente para discutir questões sobre pessoas com deficiência.

Bom de Escola, Bom de Vela

O projeto Bom de Escola, Bom de Vela, que trata de problemas de evasão escolar e é mantido pela Fundação Alavanca, foi um dos cinco escolhidos entre os 1.078 projetos que receberá o apoio da Brazil Foundation em 2004.

Livros didáticos

De acordo com o ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Nilmário Miranda, mais de 30 milhões de livros didáticos que serão distribuídos em 2005 virão com a Declaração Universal dos Direitos das Crianças.

ODED GRAJEW

O presidente do Instituto Ethos fala sobre os próximos passos da organização e comenta sua intensa participação pela transformação social

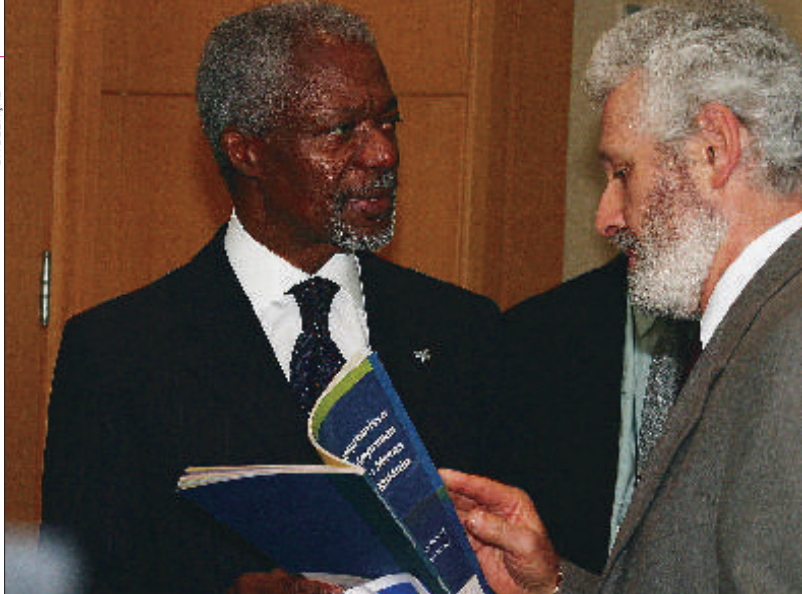
DANIELA TCHERNIACOWSKI

Ex-presidente da empresa de brinquedos Grow, fundador da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente e do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, idealizador do Fórum Social Mundial e ex-assessor especial do governo Lula. Esta é uma pequena mostra do currículo extenso de Oded Grajew, um homem que sempre esteve engajado em prol de uma sociedade melhor, hoje considerado uma das maiores referências mundiais quando o assunto é responsabilidade social empresarial. Notabilizado pelo trabalho de mobilização junto aos empresários, e por sua capacidade de articulação entre diversos atores sociais, Oded foi chamado pelo presidente Lula para atuar no Planalto Central, justamente para aproximar Estado, sociedade e empresas, além de estabelecer parcerias entre estas três esferas. De volta à presidência do Instituto Ethos, depois de dar a tarefa no governo como cumprida, continua, mais do que nunca, trabalhando pela causa da transformação social. Entre as ações mais recentes, destaca-se a liderança no lançamento, em agosto deste ano, da Semana Nacional pela Cidadania e Solidariedade, que divulga e sensibiliza toda a sociedade em torno das Metas do Milênio, estabelecidas pela ONU em 2000, e subscritas por 191 países, incluindo o Brasil. O evento ocorrerá a cada ano, em todo o país, quando serão realizados debates e ações práticas sobre os temas da cidadania e solidariedade.

Em entrevista exclusiva à **Revista Filantropia**, Oded Grajew aborda, entre outros assuntos, a importância de todos nesse movimento na direção de uma sociedade justa e sustentável.



Secretário-geral da ONU recebe publicação do Ethos que incentiva empresas a incorporarem as Metas do Milênio



Revista Filantropia: Em que momento se encontra o movimento de Responsabilidade Social Empresarial no Brasil?

Oded Grajew: Estamos na segunda etapa de nossa missão. Avançamos muito em fazer as empresas adotarem uma gestão socialmente responsável e, agora, trabalhamos para que sejam parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável, o que significa buscar a transformação social. Também pretendemos constituir, em todo o Brasil, fóruns empresariais de apoio às comunidades locais, a exemplo do grupo de São Paulo. Mais recentemente, participamos do lançamento da Semana Nacional pela Cidadania e Solidariedade, a fim de direcionar as empresas a atender às Metas do Milênio, já que a ONU definiu ser esse o eixo do século para a humanidade, uma vez que ela corre novos riscos ambientais e sociais, de degradação, e até de extinção da espécie humana, caso estes objetivos não sejam alcançados.

Filantropia: Estamos mesmo num momento limítrofe da humanidade? Questão para a qual, inclusive, o senhor chama atenção em seu artigo no livro “Práticas de Cidadania”?

OG: Há várias pesquisas que apontam o fim dos recursos naturais daqui a 30 anos. A consequência é de que metade da população mundial não terá acesso, por exemplo, a água potável, tão importante para a vida humana. O aquecimento global é outro fator preocupante, responsável pelo degelo das calotas polares, destruição da biodiversidade, desequilíbrio biológico do planeta e pela transformação de terras agricultáveis em desertos. Podemos acreditar ou não nisso. Em São Paulo, muita gente não acreditava no que iria acontecer com os rios Pinheiros e Tietê, e veja no que deu. Além disso, há os riscos sociais, como o aumento permanente na distância entre ricos e pobres.

É um ambiente propício para conflitos sociais e o crescimento de movimentos marginais e terroristas. Os riscos são realmente enormes, portanto, como os pesquisadores divulgam.

Filantropia: Como as empresas estão incorporando as Metas do Milênio em função dessa necessidade urgente de transformação social?

OG: Primeiramente, elas estão conhecendo as metas. Há empresas que já fazem trabalhos diversos, mas a idéia é alinhar estrategicamente essas ações. Isso é uma coisa muito nova, sendo que vários empresários estão ainda pensando em como se estruturar. Nos próximos anos, em virtude de novas edições da Semana Nacional pela Cidadania e Solidariedade, devemos começar a avaliar os resultados das iniciativas em torno das metas.

Filantropia: As empresas ainda estão muito voltadas para a comunidade ao abraçarem uma causa socialmente responsável?

OG: Quando criei a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, era difícil para as empresas entenderem até mesmo a questão dos investimentos sociais, da participação na comunidade. Depois, houve uma fase em que realmente foi implementado o conceito de ação social da empresa, como investimentos na comunidade e apoio a projetos sociais. A ação da empresa na comunidade é muito importante, especialmente num país como o Brasil, com tantas carências sociais. Já com o surgimento do Ethos, ampliamos essa idéia para abranger todas as atividades da empresa e outros públicos, como os funcionários, os fornecedores, os clientes etc. Isso também foi entendido pelas empresas, mas muitas ainda ficam na ação social. De qualquer forma, é preciso entender que a responsabilidade social é um processo de evolução.

“As Metas do Milênio estabelecidas pela ONU são os eixos para a humanidade, que corre riscos ambientais e sociais, até mesmo sua própria extinção”

Filantropia: O que agregou à missão do Instituto Ethos a criação do Uniethos?

OG: Hoje, as empresas entendem a responsabilidade social e querem adotar e aprofundar o tema. Entretanto, detectamos nelas uma grande necessidade de apoio mais próximo e individualizado na implementação do conceito. O Uniethos veio exatamente responder a isso. Ele é nosso braço educacional para formar consultores e profissionais para apoiar as empresas e gerar casos de referência em responsabilidade social corporativa.

Filantropia: Já se fala na criação de uma ISO de responsabilidade social. Essa norma pode ajudar a reforçar os valores da RSE?

OG: Sim, porque a norma é didática, explica como a empresa pode obter qualidade na responsabilidade social. A ISO também assegura credibilidade para aquelas que tenham real compromisso com o tema. É uma ferramenta bastante importante porque estimula as empresas a adotarem um critério de compras, por exemplo, baseado em fornecedores certificados com a norma. Da mesma forma que pode balizar investidores na escolha da aplicação de recursos.

Filantropia: As ferramentas de gestão do Instituto Ethos vão ser utilizadas para a definição da ISO?

OG: Não só as ferramentas, mas todo o nosso *know-how* e capacidade de mobilização e visibilidade. O intuito é que a norma saia em 2005 ou 2006.

Filantropia: Ao mesmo tempo, existem alguns projetos de lei sobre responsabilidade social tramitando na Câmara dos Deputados. O Ethos foi chamado para participar dessa discussão?

OG: Não só o Ethos não foi chamado, como várias outras entidades e as próprias empresas. É uma iniciativa de alguns deputados interessados em incorporar uma lei ao currículo, sem realmente chamar a sociedade para participar do processo. Esse projeto deve ter ampla participação de todos, para que não seja mais uma lei a não ser cumprida.

Filantropia: Estamos em ano de eleições e o Ethos lançou uma cartilha para as empresas sobre como podem se colocar a respeito do tema. Qual a importância da participação das empresas no processo eleitoral?

OG: A publicação "A Responsabilidade Social das Empresas no Processo Eleitoral" faz

as companhias pensarem sua forma de atuação e se questionarem sobre o processo eleitoral. O que queremos mostrar é que nada escapa à responsabilidade social empresarial. Em função disso, muitas delas estão analisando se devem ou não apoiar candidatos. Porque aqui no Brasil é muito comum a prática de financiamento ilegal de campanhas eleitorais, sem o devido registro. A cartilha ainda indica como as empresas podem envolver seus funcionários no debate sobre as eleições, pois acreditamos que é preciso transformar a empresa numa escola de cidadania.

Filantropia: Como o senhor vê o Terceiro Setor no Brasil?

OG: As entidades que compõem o Terceiro Setor estão em fase de reflexão de suas ações. Com a volta da democracia, houve um crescimento muito grande de organizações da sociedade civil, que agora analisam o fator qualidade. Elas estão questionando quem é o Terceiro Setor, a quem se destina, quem faz parte, que tipo de organização necessita, se a regulamentação que existe é a ideal, qual deve ser a estrutura legal da entidade. É, ao mesmo tempo, um momento de moralização. Existem entidades sérias e produtivas, mas também o oposto. Outro debate é sobre qual a ação mais efetiva para a melhoria da sociedade, e isso inclui a relação das entidades com governos e empresas.

Filantropia: Da sua experiência como administrador, o que o senhor pode dizer sobre a gestão das ONGs? Elas ainda têm o que aprender?

OG: Um grande desafio para as ONGs é aplicar a própria missão à gestão. Exemplo disso é um sindicato realizar o que ele mesmo propõe para as empresas em relação aos funcionários. Nesse sentido, as organizações precisam ser fiéis aos valores que defendem.

Filantropia: Fale sobre sua experiência no governo federal.

OG: Meu papel era fazer a interação entre governo e sociedade com a classe empresarial. Eu realizava palestras e argumentava que o Brasil tem todos os recursos para sanear seus problemas. E quando se consegue estabelecer pontes e parcerias entre poder público, empresários, ONGs e sociedade em torno de um objetivo comum, é possível resolver todas as questões do país.

Filantropia: E por que sair do governo, então?

OG: Quando o presidente falou comigo era para atuar no começo do mandato, articulando governo e sociedade, especial-

mente as empresas. Assim, foi constituído o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que une a sociedade civil e o governo. Também foi criada a ONG Apoio Fome Zero, de empresários empenhados em ajudar o Estado no combate à fome. A partir do momento em que esses e outros programas foram postos em andamento, como o das cisternas no Semi-Árido, o Banco de Alimentos, as bibliotecas, os restaurantes populares, o Primeiro Emprego, achei que havia percorrido uma etapa. Então conversei com o presidente e disse que iria continuar com esse trabalho, mas não necessariamente no poder público.

Filantropia: O que significa o lançamento do GRI, em português, para o avanço do conceito de responsabilidade social?

OG: O GRI é uma iniciativa de várias entidades, entre elas o Instituto Ethos, para criar uma linguagem universal de indicadores e modelo de balanço social, da mesma forma que acontece com os indicadores financeiros e econômicos. O lançamento em português vai nos permitir trabalhar em conjunto para que

haja uma interação entre indicadores Ethos, GRI e outros. O objetivo é chegarmos a um padrão por volta de 2006. Esse é um dos grandes desafios da responsabilidade social empresarial no mundo.

Filantropia: O Brasil está próximo desse nível internacional de indicadores e balanço social?

OG: O Brasil é uma referência internacional, tendo participado como convidado de vários fóruns pelo mundo sobre responsabilidade social empresarial. Somos exemplo não só em estratégia e mobilização, mas em produção de conhecimentos na área. Estamos bastante avançados nesse sentido. O que falta é traduzir essa experiência numa relação concreta de transformação social. Para tanto, os governos, o Congresso e a câmara de vereadores e de deputados são fundamentais, mas ainda têm muito a percorrer. Isso ocorre tanto em relação à aplicação da responsabilidade social no próprio sistema governamental – na relação com funcionários e com o meio ambiente, por exemplo – quanto em políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável. ♡

Campanha das Metas do Milênio

Estabelecidos pela Organização das Nações Unidas – ONU, os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio são a base da Semana Nacional pela Cidadania e Solidariedade, lançada em agosto deste ano no Brasil. A campanha, que teve Oded Grajew como um dos líderes, visa sensibilizar governos e sociedade brasileira no cumprimento das metas. Mais informações no site.

www.nospodemos.org.br



- Assessoria e gestão empresarial
- Balanço social
- Projetos sociais, culturais, ambientais, artísticos e desportivos
- Patrocínios e parcerias públicas, privadas e internacionais
- Enquadramento nas leis de incentivo
- Assessoria jurídica

www.soerg.com.br

Tel. (11) 5584-6912

Fax (11) 5594-0006

soerg@soerg.com.br

Quarta Parte Elaboração de projetos

RICARDO FALCÃO
rfalcao@terra.com.br

Nos artigos anteriores foram abordados a **instituição**, a **justificativa** e a **alma do projeto**. Neste, falaremos sobre três tópicos:

- 1 **Metodologia** – não existe projeto sem metodologia, ela é componente fundamental em todo projeto;
- 2 **Indicadores / formas de verificação** – sua função é provar que se fez o que se propôs a fazer, é algo tão simples e óbvio que acaba gerando dúvidas;
- 3 **Fatores de risco / fatores mitigantes** – nem todo planejamento é um projeto, mas todo projeto é planejamento. Assim sendo, essa novidade se torna essencial na elaboração de um projeto. A diferença é tirá-lo da cabeça e colocá-lo no papel.

Metodologia

Há, tecnicamente, diferentes maneiras de descrever os métodos que serão aplicados. No entanto, a essência, desde a Antiguidade, *metodos* utilizado inicialmente pelos gregos, permanece a mesma: “caminho para chegar a um fim”. Com o tempo, a expressão ganhou novos sentidos, mas não eliminou o significado elementar: um caminho para chegar a determinado resultado.

Considerando então que os resultados poderão ser atingidos por meios diferentes, a metodologia deve ser a explicitação técnica de como serão realizadas as atividades descritas na alma do projeto, lembrando que para toda e qualquer atividade é preciso que se descreva a metodologia a ser adotada. Assim, para cada atividade dos subprodutos (etapas) haverá uma metodologia. Exemplificando: na realização de um curso é necessária a descrição do método pedagógico a ser aplicado e, no mesmo projeto, nas atividades administrativas

financeiras deve constar, além da compra de equipamentos para a realização do curso, a metodologia dessa compra: será realizada por meio de licitação nacional ou outro procedimento aplicável.

Se em todo o projeto a linguagem deve ser simples e acessível a todos, no tópico “metodologia” a linguagem pode ser técnica, pois são técnicos escrevendo para outros técnicos.

Indicadores e formas de verificação

Como diz a terminologia, os indicadores têm a função de indicar e verificar **quantidade** e **qualidade** propostas no projeto. O indicador será utilizado para comprovar que, no período determinado, foram atingidos os subprodutos e objetivos específicos comprometidos com os parceiros.

As atividades interessam mais ao gerente do projeto. Dessa forma, é preciso descrever os indicadores de quantidade e qualidade para o objetivo específico e os subprodutos. Não é necessário indicadores para o subproduto administrativo/financeiro, que é meio, e não fim, e nem para o objetivo geral, que é objetivo da instituição, e não do projeto.

Deve-se ter, no mínimo, um indicador de quantidade e um de qualidade para cada subproduto e objetivo específico, e, no máximo, o número necessário para provar o que se quer provar. Por exemplo, se o objetivo é realizar um curso de alfabetização para cem adultos, pode-se ter como indicador de quantidade a ficha de matrícula ou lista de presença e, como indicador de qualidade, a definição do que é alfabetizar. Se esses dois indicadores são suficientes para a avaliação do objetivo, nenhum outro será preciso.

Como a regra básica de administração diz que *quem faz não confere e quem confere não faz*, os indicadores serão utilizados pelos parceiros para avaliar o projeto.

Se em todo o projeto a linguagem deve ser simples e acessível a todos, no tópico metodologia a linguagem pode ser técnica, pois são técnicos escrevendo para outros técnicos



Assim como na compra de um apartamento é exigido em contrato que na planta constem a metragem, o número de quartos, o acabamento a ser utilizado, entre outros, em um projeto social deve ser feito o mesmo. O que não foi escrito e acordado pode, ao longo do projeto, gerar conflitos.

Tudo pode e deve ser medido. Conceitos como cidadania, auto-estima e, até mesmo, sentimentos como o amor, que são subjetivos, têm como serem medidos. Basta que, para isso, se estabeleçam critérios de análise, e que tais critérios sejam aceitos pelos parceiros.

Fatores de risco e mitigantes

Já foi provado que prevenir é mais barato que remediar e, como toda atividade tem risco, este deverá ser levado em conta sob análise e decisão do que é possível ser feito para mitigá-lo.

É inadmissível ir até o financiador e informar que os computadores por ele fornecidos foram roubados, e que, portanto, ele precisa doar outros, ou o projeto não terá como continuar. Contratar um seguro encarecerá o projeto, mas é muito mais barato que comprar novamente todos os computadores – sem falar do desgaste com o parceiro financeiro.

Outro exemplo seria o do projeto que precisa capacitar cinco instrutores. Como existe o risco da perda de algum deles é, sob todos os aspectos, mais vantajoso capacitar sete instrutores, pois, além de não precisar ministrar um treinamento exclusivo para o instrutor substituto, pode-se repor imediatamente o instrutor perdido sem colocar em risco os prazos estipulados.

Como já citamos, projeto é planejamento e planejamento é esperar o melhor, mas também se preparar para o pior, sempre no limite do bom senso.

Pode-se dividir os fatores de risco em quatro níveis:

- 1 Pouco crítico (se acontecer)
Pouco provável (de acontecer)
- 2 Pouco crítico (se acontecer)
Muito provável (de acontecer)
- 3 Muito crítico (se acontecer)
Pouco provável (de acontecer)
- 4 Muito crítico (se acontecer)
Muito provável (de acontecer)

Se for um fator de risco nível 1, não se deve considerá-lo – portanto, não precisa de fatores mitigantes. Um fator de risco nível 4 é considerado um fator “assassino” que cancela o projeto. Dessa maneira, é fundamental pensar nos fatores mitigantes para os fatores de risco níveis 2 e 3 dos subprodutos de infra-estrutura, técnico, comercialização e do objetivo específico.

Levar em conta os fatores de risco e mitigantes obriga o responsável pelo projeto a pensar como um gerente e planejar suas ações evitando 99% das surpresas do caminho. Os fatores mitigantes não são obrigatoriamente algo que se fará quando o risco acontecer, mas algo que já foi feito e que atenuará o risco quando e se este acontecer, tornando o projeto um investimento mais seguro para todos os parceiros.

Muitas vezes não temos chances de apresentar o projeto pessoalmente. Por isso, ao se escrever os fatores de risco e mitigantes, também estamos respondendo às perguntas dos parceiros financeiros, além de mostrar que o projeto será gerenciado por profissionais que planejam suas ações. ☺

Ricardo Falcão. Gerente da RFalcão Consultoria e Planejamento Ltda. Consultor na área de elaboração, gerenciamento e avaliação de projetos, planejamento, gestão estratégica e captação de recursos, já ministrou cursos de Elaboração de Projetos e Captação de Recursos na PUC-SP, LAO-SP e Sebrae-RJ, entre outros.

A

C

F

I

D

U

A

AGREGANDO VALORES.
TRAZENDO RESULTADOS

■ A AUDITUS É UMA EMPRESA COM VOCAÇÃO EXCLUSIVA ÀS ENTIDADES DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL; ENTRE ELAS: ASSOCIAÇÕES, FUNDAÇÕES, OSCIP'S E ENTIDADES BENEFICENTES.

■ ESTAMOS ABERTOS A PROPOSTAS PARA: CONSULTORIA, TREINAMENTO, PLANEJAMENTO, MELHORES RESULTADOS, INTERMEDIÇÃO E LEVANTAMENTO DE CUSTOS NOS NOSSOS PARCEIROS.

■ NÚMERA EQUIPE COM EXEMPLOS DE PARCEIROS PARA ATUAR COM HABILIDADE, RESPEITO E QUALIDADE CONTRA A SUA ENTIDADE.

AUDITORIA E ACESSORIA PARA ORÇAMENTOS E BALANÇO ANUAL

GESTÃO E CONTROLE DE GRATUIDADES

AUDITORIA CONTÁBIL E CONTROLES INTERNOS

APROPORIAÇÃO PERMANENTE DA ENTIDADE

GERENCIAMENTO E TRANQUILIDADE FRENTE ÀS NORMAS LEGAIS

EQUIPE DE PROFISSIONAIS COM EXPERIÊNCIA



(11) 3661-9933



WWW.AUDITUS.COM.BR

Modernidade na gestão social

VALDIR R. BORBA
vrborba@fgvmail.br

A construção do futuro na área de Administração Empresarial iniciou-se há menos de 20 anos, com uma sensível transformação que se consolida nesse início de século, com o desenvolvimento de gestão com pessoas e modelos holísticos, que primam pela multipluralidade, intersectoriedade e transdisciplinariedade profissional, com novos métodos e abordagens ousadas, inovadoras e não ortodoxas.

Essa mudança é algo sutil que está à frente dos métodos e modelos convencionais e foi buscar, na **mudança interior, na reengenharia íntima dos homens**, formas para alterar e desenvolver as organizações empresariais.

“A organização muda com a evolução interior do homem, pois considera a capacidade de adaptação humana e de flexibilização comportamental fator primordial para o desenvolvimento e efetividade dos processos. É, portanto, um aperfeiçoamento constante do homem e de suas organizações sociais” – com isso, não apenas o homem, mas a própria organização aprende, num *continuum* processo de aprender a aprender.

O desenvolvimento organizacional e empresarial e a evolução da sociedade estão no equilíbrio e na harmonia dos valores entre os homens, sistemas e organizações, em uma simbiose pró-ativa de “organizações vivas”, ou “sistemas sociais vivos”. Esta é a chave. Sistema vivo e integrado de inter-relacionamento e a interdependência de objetivos e valores entre o trabalho, as organizações, o homem e a sociedade, sempre de forma política e socialmente correta.

Os modelos de administração tradicionais e arcaicos, forjados por princípios mecanicistas, racionais e cartesianos estão cedendo seus lugares para os novos conceitos de modernidade empresarial, formatados nos modelos humanos de administração. “A empresa e/ou organização devem ser a cara e os sentimentos de quem as dirigem.”

A abordagem é humana e as organizações humanizadas, passando-se a valorizar os seguintes itens: informação; intuição; conhecimento; sentimento; agregação; criatividade; inteligência emocional; pensamento holístico, sistêmico e pró-ativo; integração; parceria e, principalmente, a fidelização dos personagens.

Nesse novo modelo, são fortalecidos os relacionamentos, o comportamento, as equipes, a ética e o respeito, abrindo-se mão das vaidades, da prepotência, das verdades prontas e das incorreções e disfunções político-sociais. Desse modo, a responsabilidade das empresas e organizações evolui, passando do requerimento social para o requerimento essencial. O importante não é parecer correto, mas ser correto e íntegro, inclusive com a natureza e com o meio ambiente. A organização empresarial deve ser a resposta essencial para o desenvolvimento da sociedade.

Esse novo modelo, embasado no método de *Learning Organization*, é, na realidade, um processo de **aprender a aprender**, ou seja, de repensar a atuação, ou ainda de redirecionar os valores para integridade ética nos processos administrativos e nos objetivos da empresa em seus relacionamentos e interações.

As rápidas mudanças no mundo, economicamente globalizado, impõem renovação tecnológica e exigem acelerada adaptação humana ao trabalho e ao mercado em geral; portanto, é preciso renovar conceitos, princípios, culturas e demandas. A velocidade das mudanças é tamanha que equivale a reinventar-se a cada três anos. Assim, o líder moderno é, antes e acima de tudo, um educador e reformador de conceitos e culturas.

O desenvolvimento organizacional e empresarial e a evolução da sociedade estão no equilíbrio e na harmonia dos valores entre os homens, sistemas e organizações



É preciso modernizar a administração, essencialmente das organizações sociais para que possam acompanhar e sobreviver nos novos e modernos tempos

Esse novo e moderno líder deve ser difusor do *empowerment*, preparando indivíduos para agirem num processo de delegação e gerência participativa. Conseqüentemente, esse novo líder formatará a nova organização.

The Learning Organization é, antes de tudo, um comprometimento na geração de resultados saudáveis e de responsabilidade essencial perante a sociedade a que serve; por isso, impõe o engajamento de todos no processo, do topo à base da organização, do presidente ao mais modesto dos colaboradores, onde todos se esmeram em ensinar e aprender. Todos contribuem com todos no aprendizado de **aprender a aprender**.

Somente teremos excelentes empresas se tivermos excelentes homens. A excelência do caráter deve preceder a excelência do profissional. A qualidade é pessoal e a excelência do trabalho é fruto da qualidade do homem no trabalho.

Na área filantrópica, as organizações que a integram, como escolas, centros formadores, núcleos de recuperação, readaptação e ressociação, hospitais e Santas Casas, são entidades tradicionais, geralmente formadas por grupos religiosos ou de etnias, com características de irmandades, algumas delas fechadas ou restritas. Elas trazem os valores culturais de

épocas longínquas, o que demonstra respeito e efetividade aos valores mais tradicionais e culturais. Entretanto, ao lado desse respeito e longevidade, muitas dessas entidades encontram-se ainda, infelizmente, no modelo antigo e desgastado, alicerçadas mais na fé e na abnegação de poucos do que no apoio e na responsabilidade da sociedade.

A tradição e a cultura são valores fundamentais na estruturação e sustentação da sociedade. No entanto, é preciso modernizar a administração, essencialmente das organizações sociais para que possam acompanhar e sobreviver nos novos e modernos tempos.

O voluntariado, a dedicação, o desprendimento e o trabalho social e comunitariamente organizado são bases para a solução dos grandes problemas da sociedade e, para isso, são imprescindíveis a qualidade, a excelência, a competência e o profissionalismo em seus processos e sistemas.

O rejuvenescimento dessas entidades filantrópicas passa pela modernidade de seus sistemas e processos de gestão, com obrigatoriedade de planejamento estratégico e social, plano de ação, qualificação de pessoas e profissionais, reestruturação organizacional, controle e avaliação social, agregação de valores, profissionalização, comprometimento sócio-

comunitário e empresarial, responsabilidade essencial e otimização de resultados.

O novo conceito de filantropia está na participação de empresários e da sociedade em geral no processo de formação e manutenção de organizações sociais e associações dedicadas à solução dos problemas sociais das diversas áreas, mediante a auto-sustentação pela geração de recursos da prestação de serviços.

O Terceiro Setor é o caminho em endereço certo para a solução das crises da atualidade e o seu fortalecimento é a saída viável e inteligente da sociedade para humanidade; por isso, as áreas de educação, saúde, trabalho, formação profissional, nutrição, meio ambiente e principalmente de recuperação e promoção da pessoa são naturalmente objeto dessas novas organizações, em que o objetivo é o homem.

Ou essas organizações do setor social filantrópico mudam rapidamente ou ficarão à margem do processo. Para isso, é preciso renovar e rejuvenescer. 

Valdir R. Borba. Autor do livro *Marketing de relacionamento para organizações de saúde: fidelização de clientes e gestão de parcerias* – Editora Atlas, 2004. Docente de Marketing de Relacionamento no MBA de Gerência em Saúde da FGV – Management.

Responsabilidade social com resultado real.



Parceiros da Vida

Comunicação e responsabilidade social empresarial. Nós sabemos como fazer.

Instituto Parceiros da Vida de Comunicação & Responsabilidade Social Empresarial • SP • PR • RS • DF • RJ • www.parceirosdavid.org • parceiros@parceirosdavid.org



Procurando
integrar ONGs
e Estado, a
Abong reúne
associadas
para lutar pela
democracia

Associação Brasileira de Organizações Não- Governamentais

THAÍS MENDES

Conhecida como Abong, a associação nasceu em 1991 para representar organizações não-governamentais do Estado de São Paulo. Promovendo o intercâmbio entre as ONGs, a Abong possui cerca de 270 associadas que atuam em diversas áreas, como direitos humanos, desenvolvimento, meio-ambiente, políticas públicas, entre outras.

Com sede em São Paulo, a associação atua em todas as regiões do Brasil e tem grande enfoque em organizações com perfis políticos que buscam sociedades justas e lutam contra a exclusão e as diferenças sociais. Os serviços oferecidos são basicamente a representação em fóruns regionais e nacionais, publicações feitas pela Abong (cadernos, jornais e informes) e atividades de capacitação, como seminários e *workshops*. “Ao se associarem a Abong, as ONGs adquirem um instrumento de representação coletiva na esfera pública e de interlocução com o Estado, movimentos sociais, e outras organizações da sociedade civil. Além disso, a Abong já estabeleceu um padrão reconhecido de credibilidade e isso representa um inegável benefício para as suas associadas”, declara Jorge Eduardo Durão, diretor geral da Abong desde 2003.

Modelo de organização

Preocupada em manter um modelo organizacional para trabalhar junto à sociedade, a Abong desenvolveu um Programa de Desenvolvimento Institucional (DI), contando com o apoio das agências EZE, ICCO e Fundação Kellogg. A associação apóia grupos ligados ao desenvolvimento institucional, como o International Forum on Capacity Building (IFCB) e o Grupo de Estudos do Terceiro Setor (GETS).

Atuação com enfoque político

A preocupação com ações ligadas à política é o maior enfoque da Abong. Pro-

mover interação entre a sociedade civil e os órgãos públicos e governos e contribuir para o fortalecimento da democracia são dois exemplos de objetivos da associação. Como esses, aprofundar temas políticos, fortalecer o desenvolvimento institucional e impulsionar a articulação entre associações nacionais e redes de ONGs da América Latina também são metas que a Abong procura continuamente atingir. “A participação nas atividades da Abong abre um importante campo de intercâmbio para as ONGs que a ela se associam. A Abong investe sistematicamente no desenvolvimento institucional de suas associadas”, complementa Durão.

Como se associar

Para se tornar um associado da Abong, é preciso seguir alguns critérios:

- possuir CNPJ e personalidade jurídica como associação civil sem fins lucrativos ou fundação;
- ter autonomia frente ao Estado, igrejas, partidos políticos e movimentos sociais;
- manter compromisso em construir uma sociedade democrática e participativa e em ampliar o campo da cidadania;
- ter caráter público em relação aos objetivos e ações;
- ter ao menos dois anos de experiência comprovada.

Além disso, é preciso apresentar os documentos exigidos e estar de acordo com a carta de princípios da Abong. 

O marketing a serviço das organizações do Terceiro Setor

FERNANDO CREDIDIO

fernando.credidio@parceirosdavidia.org.br

No mundo, existem dois tipos de organizações: as que fazem uso do marketing e aquelas que já morreram. Esse pensamento, bastante difundido pelos profissionais da área, ganha contornos ainda mais dramáticos ao se tratar das entidades do Terceiro Setor, visto que muitas que realizavam trabalhos relevantes não existem mais, a par da seriedade e abnegação com que eram dirigidas.

Primeiro, porque se preocuparam apenas em fazer caridade e, segundo, porque seus dirigentes e mantenedores se esqueceram que somente vocação, *expertise* e perseverança não são condições suficientes para a perenidade de um trabalho social consistente. É necessário algo mais. É preciso que as organizações estabeleçam uma efetiva política de marketing no sentido de, entre outros objetivos, darem visibilidade às causas que escolheram defender e, em especial, à construção e solidificação de marcas sociais conhecidas e respeitadas, a fim de despertarem o interesse de governos, empresas e, também, da própria sociedade em apoiá-las. Afinal, quem não é visto não é lembrado.

Dessa forma, os gestores das entidades sociais não podem se dar ao luxo de não ter conhecimento sobre marketing, da mesma maneira que em relação a finanças, tecnologia da informação, administração e outras áreas, pois vivemos na era da globalização. A instituição da esquina concorre não só em âmbito local, mas também mundial. A partir desse ponto, pode-se depreender que o mundo competitivo e globalizado trouxe novos desafios para os profissionais de todos os campos, principalmente para os do Terceiro Setor: a necessidade de ser versátil para prover, com soluções criativas, a sustentabilidade das organizações que dirigem.

Existem diversos fatores que levam uma organização da sociedade civil ao sucesso. O marketing é um dos mais importantes atualmente, sobretudo porque a época do romantismo do Terceiro Setor não

faz mais parte do dia-a-dia das instituições. O mercado social exige – cada vez mais – resultados que não precisam necessariamente ser financeiros, mas decorrentes da razão da existência da própria organização. Sem isso, a sociedade a ignorará.

O primeiro passo para se chegar a resultados é definir um planejamento estratégico exequível, no qual deverá estar muito bem definido o estágio em que a entidade se encontra e aonde deseja chegar. Um dos caminhos para se obter essas respostas é a reflexão sobre perguntas como:

- Quem somos?
- Qual é a nossa missão?
- Para que existimos?
- Quem iremos atender e/ou beneficiar?
- Quem pretendemos ser daqui a alguns anos?
- Com quais valores desejamos atuar?
- Em que ambiente atuaremos?
- Quais realidades queremos modificar com nossa atuação?
- Que posicionamento desejamos assumir?
- Quais resultados nos propomos a obter?
- De quais recursos precisamos?
- Onde e como iremos buscá-los?
- Qual o capital de giro necessário para a manutenção da organização?
- Quais são os nossos diferenciais em relação a outras entidades co-irmãs?
- Quais parcerias estabeleceremos para dar suporte à nossa causa?

Ao responder essas questões, a organização estará “fazendo marketing”, pois se encontra a um passo de atender aos anseios dos diferentes públicos aos quais se dirige. Não existe outra maneira de participar de qualquer setor de forma efetiva e sobreviver em mercados cada vez mais competitivos. No Terceiro Setor não é diferente. Logo, o marketing permite entender as forças e o comportamento do mercado, vislumbrar oportunidades de negócios (parcerias e patrocínios), estudar produtos e serviços que atendam às novas demandas.



“O bom nome, para o homem e a mulher (...), é a jóia de maior valor que se possui. Quem rouba a minha bolsa me desfalca de um pouco de dinheiro (...) Mas quem surrupia meu bom nome, tira-me o que não o enriquece e torna-me completamente pobre”

William Shakespeare, em Otelo

Além disso, ajuda a estreitar relacionamentos entre parceiros, público beneficiado, pessoal interno e a própria sociedade em geral.

Para aqueles que preferem definições pontuais, existem centenas delas. Em suma, marketing é a atividade de fazer, criar, descobrir, ofertar ou trabalhar com mercados na tentativa de satisfazer necessidades e desejos de pessoas, grupos de pessoas, empresas, governos e organizações não-governamentais, pela venda ou troca de bens e serviços. Segundo Philip Kotler, considerado o principal autor mundial sobre o tema, o marketing consiste na análise, organização, planejamento e controle dos recursos da empresa (ou de uma entidade, no caso do setor social), gerados a partir do consumidor com o objetivo de satisfazê-lo de forma lucrativa. Por sua vez, a Fundação Getúlio Vargas, em seu glossário de marketing, define o termo como a execução das atividades de negócios que encaminham o fluxo de serviços e mercadorias do produtor aos consumidores finais, industriais e comerciais.

Outro autor bastante renomado, Eugene Kelly, afirma que marketing deve ser entendido como o estudo sistemático das forças de formação da procura e da motivação dos consumidores, das considerações temporárias e especiais que influenciam as transações econômicas e dos esforços integrados e reações dos consumidores e compradores em um mercado. Entretanto,

ninguém definiu marketing de maneira tão concisa como fez Roberto Leduc, professor da Universidade de Sorbonne e da Escola Superior de Comércio de Paris, além de vice-presidente da Agência de Propaganda Ted Bates, da França. Para ele, marketing, comprovadamente, não é somente uma ciência, mas também uma função, um estado de espírito.

O que é marketing então? Nada mais que o uso de venda, propaganda e promoção para criar ou manter a demanda. É a habilidade de planejar e administrar as relações de troca de uma organização com seus vários públicos. No caso das instituições do Terceiro Setor, envolve o estudo das necessidades do mercado em que atuam – o socioambiental; planejamento de programas, projetos e serviços adequados; uso de formulação de preço (doações e recursos oriundos de parceiras e alianças intersetoriais estabelecidas), e comunicação e execução eficazes para informar, motivar e atender os diferentes públicos: parceiros, doadores, voluntários, governos etc.

Não é fácil mudar culturas, é claro. Prova disso é que, no trabalho que desenvolvo há mais de 20 anos para organizações do setor social, deparo-me basicamente com duas situações típicas: a primeira é que o marketing é incompatível com a missão social das entidades e, a segunda, que o marketing não é necessário para as organizações que dirigem. Tais visões

constituem fatores que têm levado muitas instituições ao fim das próprias atividades. Afinal, marketing não é uma ferramenta que deva ser utilizada apenas por empresas, até porque, ironicamente, a maior parte das organizações sociais já a utiliza de forma intuitiva, sem perceber. Por que então não adotá-la de maneira profissional?

A verdade é: não dá mais para ser romântico. Atuação profissional é incompatível com o apenas fazer caridade. Esta sim deve fazer parte de cada um de nós, mas não tem como ser a razão da existência de uma entidade. Caridade não é passaporte para o futuro e, amor, infelizmente, não enche barriga.

Portanto, é fundamental que os conceitos e ferramentas de marketing sejam utilizados por toda organização do Terceiro Setor, independentemente de seu tamanho, atividade, finalidade ou dos princípios que levaram à instituição. Somente assim elas terão como sobreviver. 

Fernando Credidio. Comunicador e empreendedor social, presidente-executivo do Instituto Parceiros da Vida de Comunicação & Responsabilidade Social Empresarial e coordena a disciplina Estratégias de Comunicação para o Marketing Cultural e a Cidadania Corporativa, do curso MBC da Faculdade Cásper Líbero e Universidade da Flórida, e o curso Management in Social Responsibility.

Monello & Associados Consultores

- Gestão voltada à cobrança da inadimplência de anuidade escolar
- Consultoria administrativa e financeira
- Realização e organização de cursos e eventos direcionados para o Terceiro Setor



(11) 3675-4156 e 3675-2774 • associados@argilmonello.com.br

Responsabilidade Social Empresarial e Investimento Social

Teorias, definições, evoluções e desafios que já fazem parte do dia-a-dia do setor privado

RODRIGO MENDES PEREIRA
romepe@terra.com.br

Na busca de uma definição da Responsabilidade Social Empresarial (RSE), questões como as responsabilidades de uma empresa em relação à sociedade precisam ser respondidas. Para isso, destacam-se algumas teorias sobre o assunto:

- **Modelo Neoclássico da Teoria da Firma** – há muito tempo superado, divide a organização da sociedade em três esferas com funções específicas, em que a função política compete às organizações políticas, a função social compete ao governo, e a função econômica aos negócios. Também limita a responsabilidade das empresas à maximização dos lucros e a obedecer às leis;
- **Pirâmide de Responsabilidade Empresarial** – destaca quatro dimensões que compõem a RSE: econômicas, legais, éticas e filantrópicas;
- **Business Ethics – A Ética nos Negócios** – maneira como a empresa integra valores essenciais – honestidade, confiança, respeito e justiça – em suas políticas, práticas e no processo de tomada de decisões em todos os níveis da organização, assim como se refere e envolve o cumprimento das normas e padrões legais e a aderência a regras internas e regulamentos;
- **Stakeholder Theory** – esta teoria leva em conta que as corporações têm obrigações com os grupos constituintes da sociedade, além dos acionistas e funcionários. Isso porque a atividade empresarial não é

somente uma transação de mercado, mas também uma rede de relações cooperativas e competitivas de um grande número de pessoas organizadas de várias maneiras. *Stakeholders* são grupos que podem afetar ou serem afetados pelas atividades de uma organização, de maneira positiva ou negativa. Dentre eles estão: acionistas; funcionários; prestadores de serviços; fornecedores; consumidores; meio ambiente; governo e comunidade.

Nas atuais e mais aceitas definições de Responsabilidade Social Empresarial e de Investimento Social Privado (ISP) estão incorporados elementos da *Stakeholder Theory* e da Ética dos Negócios.

Encontro entre responsabilidade e investimento social

O investimento social está incluído na agenda da responsabilidade social empresarial, ou seja, o investimento social diz respeito à relação da organização empresarial com o *stakeholder* “comunidade”, envolvendo o repasse de recursos privados para fins públicos, tendo como beneficiário principal a comunidade em suas diversas formas (conselhos comunitários, organizações não-governamentais, associações comunitárias etc.). O investimento social privado também beneficia a própria organização empresarial, uma vez que integra a agenda da responsabilidade social empresarial. Já em relação às práticas envolvendo os outros *stakeholders*, a organização empresarial utiliza recursos privados para fins privados,



O Investimento social privado também beneficia a própria organização empresarial, uma vez que integra a agenda da responsabilidade social empresarial



sendo ela a beneficiária principal, uma vez que as práticas de responsabilidade social objetivam contribuir para que as empresas alcancem excelência e sustentabilidade em seus negócios com ética no mercado.

Filantropia tradicional/ investimento social privado e caridade/cidadania

No tocante às empresas financiadoras, a evolução do paradigma vai da filantropia tradicional – centrada no doador, com caráter paternalista, que termina no repasse do recurso e que busca reagir ao presente – ao investimento social privado, centrado no receptor, com foco no desenvolvimento social, que se inicia com repasse do recurso realizado de uma forma planejada, monitorada e sistemática, e que busca projetar o futuro.

Já no que diz respeito à sociedade civil organizada, a evolução do paradigma vai da caridade – cuja ação busca minimizar o sofrimento (mantém a exclusão), com competência amadora (boa vontade), sem liderança política ou social, e legitimada pela bondade – à cidadania – que busca desenvolver o cidadão (inclusão social), com competência profissional engajada, com liderança descentralizada (poder e ação da comunidade), e legitimado pela eficácia e transparência.

Estratégia do passado e estratégia atual

Também houve uma evolução das abordagens dadas aos projetos sociais pelas empresas. Na estratégia do passado, que en-

volvia apenas grandes corporações, a relação entre empresa e comunidade era focada no assistencialismo/paternalismo; a transferência de soluções gerenciais e tecnológicas se dava da empresa para a comunidade (via de mão-única); a sustentabilidade dos projetos era pautada na dependência permanente da empresa, e o retorno para a empresa estava restrito à imagem institucional. Já a estratégia atual, que abrange grandes, pequenas e médias empresas, é focada na parceria; envolve um processo de mão-dupla entre empresa e comunidade, propõe a implantação de projetos auto-sustentáveis a médio e longo prazos e ocasiona ganhos externos e internos para a empresa (produtividade e competitividade).

Por um lado, verifica-se uma clara evolução no tratamento dado pelas empresas em relação aos seus projetos sociais; por outro, e inclusive por influência dos “modismos” gerenciais, existe um distanciamento entre o discurso e as práticas das empresas.

Ações empresariais

Pela confusão existente entre os termos assistência social – atendimento gratuito das necessidades básicas dos cidadãos e assistencialismo – assistência a membros carentes ou necessitados, em detrimento de uma política que os tire dessa condição (encenação de assistência social, populismo assistencial) – as empresas, sob o argumento de que estão combatendo o assistencialismo, deixam, equivocadamente, de financiar ações no campo da assistência social.

As ações, cuja motivação e elemento preponderante é o marketing, de modo algum podem ser consideradas ações de investimento social privado, e isso porque, no investimento social, quem primeiramente ganha é a comunidade. A empresa também ganha, porém seu ganho decorre/deriva da ação social.

A constituição de um “braço social” (fundação ou instituto) pela empresa ou de um departamento interno específico voltado às ações sociais devem ser vistos como instrumentos para otimizar e evitar a pulverização das ações e projetos sociais das empresas. Assim, em hipótese alguma, o “braço social” ou o departamento devem ser utilizados como instrumentos para o desenvolvimento de ações de marketing, disfarçadamente tratadas como investimento social. Esses instrumentos também não devem ser utilizados como uma forma de reduzir o volume de recursos disponíveis às ações e projetos sociais.

As parcerias ou alianças intersetoriais, envolvendo empresas, organizações da sociedade civil e o poder público, constituem um promissor instrumento a ser utilizado pelas empresas para o desenvolvimento de ações e projetos sociais. Isso porque, por meio das alianças, a imposição é substituída pela integração, de onde resulta o maior comprometimento das partes envolvidas. Em outras palavras, a empresa não deve impor um projeto, e sim escutar a comunidade. 

Rodrigo Mendes Pereira. Bacharel em Direito pela USP, pós-graduado pela FIA/FEA/USP (MBA - Gestão e Empreendedorismo Social), com vários cursos pela FGV na área do Terceiro Setor. Assessor jurídico e técnico em projetos sociais.

CASE EMPRESARIAL

Nutrição para uma vida melhor

THAÍS MENDES

Tradicional empresa fundada em 1867 na Suíça, conhecida internacionalmente, com mais de 500 fábricas espalhadas pelo mundo. Presente em mais de 80 países, com produtos apreciados por inúmeros consumidores. O empreendimento descrito é a Nestlé, que existe no Brasil desde 1921 e já comercializa hoje mais de mil itens no país.

Desde seu nascimento, a empresa já tinha atitudes socialmente responsáveis: o primeiro produto lançado por Henri Nestlé foi a Farinha Láctea Nestlé, alimento com base de cereais e leite para crianças com problemas de desnutrição. Muitos anos depois, prevaleceu a preocupação em agir para melhorar a situação social e esse foi o incentivo para que a empresa desenvolvesse programas que envolvessem áreas de saúde, educação, nutrição e geração de renda.

Atualmente, a empresa tem parceria com a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, Instituto Akatu, Instituto Ethos e Alfabetização Solidária.

Combate à desnutrição

O projeto de maior impacto da Nestlé é o Programa Nutrir, desenvolvido desde 1999. Tem como base a educação alimentar e conta com o apoio de parceiros e funcionários. Por meio das chamadas “folias culinárias” – encontros mensais entre voluntários, crianças e suas mães –, os atendidos discutem assuntos relacionados à higiene e preparam uma refeição que é servida aos participantes.

Devido ao sucesso do projeto, passaram a ser realizados cursos de capacitação para formar a consciência de que a desnutrição deve ser combatida. Na fábrica de chocolates da Nestlé em Caçapava, interior de São Paulo, o Nutrir instalou uma horta comunitária e uma cozinha que atende diariamente 60 crianças de baixa renda. Quem prepara as refeições é dona Maria Benedita Rodrigues, de 75 anos, que cozinha para crianças há 30 anos. “São meus filhos, eu brigo por causa deles se for preciso”.

O Nutrir também possui um laboratório de técnicas educativas no Rio de Janeiro. Chamado Ciranda Brasileira,

Com produtos famosos no mundo todo, a Nestlé também se preocupa com a alimentação e educação de comunidades carentes

o projeto educa crianças e adolescentes utilizando técnicas artísticas, como cursos de contadores de histórias, menestréis, dança e teatro.

A Nestlé chegou para ajudar essas e outras comunidades carentes de todas as cidades em que possui fábricas.

Cultura pela literatura

Em 1987 foi criada a Fundação Nestlé de Cultura para apoiar projetos culturais por meio de patrocínio. A literatura é o principal caminho contemplado pela fundação. O Prêmio Nestlé de Literatura, iniciativa que homenageia novos talentos da literatura em diversas categorias, foi uma de suas ações mais importantes. Além disso, há a Viagem Nestlé pela Literatura, resultado da parceria entre a fundação com o Ministério da Cultura, que recebe apoio do MEC e promove concursos literários para incentivar o hábito da leitura. O projeto é destinado a alunos da 8ª série e do ensino médio, e tem investimento de cerca de R\$2 milhões. A Nestlé ainda apóia o projeto Alfabetização Solidária. 

 www.nestle.com.br

À esquerda, dona Maria com as crianças para quem cozinha. Colheita na horta comunitária e fachada da associação de Caçapava.



CASE EMPRESARIAL

Nutrição para uma vida melhor

THAÍS MENDES

Tradicional empresa fundada em 1867 na Suíça, conhecida internacionalmente, com mais de 500 fábricas espalhadas pelo mundo. Presente em mais de 80 países, com produtos apreciados por inúmeros consumidores. O empreendimento descrito é a Nestlé, que existe no Brasil desde 1921 e já comercializa hoje mais de mil itens no país.

Desde seu nascimento, a empresa já tinha atitudes socialmente responsáveis: o primeiro produto lançado por Henri Nestlé foi a Farinha Láctea Nestlé, alimento com base de cereais e leite para crianças com problemas de desnutrição. Muitos anos depois, prevaleceu a preocupação em agir para melhorar a situação social e esse foi o incentivo para que a empresa desenvolvesse programas que envolvessem áreas de saúde, educação, nutrição e geração de renda.

Atualmente, a empresa tem parceria com a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, Instituto Akatu, Instituto Ethos e Alfabetização Solidária.

Combate à desnutrição

O projeto de maior impacto da Nestlé é o Programa Nutrir, desenvolvido desde 1999. Tem como base a educação alimentar e conta com o apoio de parceiros e funcionários. Por meio das chamadas “folias culinárias” – encontros mensais entre voluntários, crianças e suas mães –, os atendidos discutem assuntos relacionados à higiene e preparam uma refeição que é servida aos participantes.

Devido ao sucesso do projeto, passaram a ser realizados cursos de capacitação para formar a consciência de que a desnutrição deve ser combatida. Na fábrica de chocolates da Nestlé em Caçapava, interior de São Paulo, o Nutrir instalou uma horta comunitária e uma cozinha que atende diariamente 60 crianças de baixa renda. Quem prepara as refeições é dona Maria Benedita Rodrigues, de 75 anos, que cozinha para crianças há 30 anos. “São meus filhos, eu brigo por causa deles se for preciso”.

O Nutrir também possui um laboratório de técnicas educativas no Rio de Janeiro. Chamado Ciranda Brasileira,

Com produtos famosos no mundo todo, a Nestlé também se preocupa com a alimentação e educação de comunidades carentes

o projeto educa crianças e adolescentes utilizando técnicas artísticas, como cursos de contadores de histórias, menestréis, dança e teatro.

A Nestlé chegou para ajudar essas e outras comunidades carentes de todas as cidades em que possui fábricas.

Cultura pela literatura

Em 1987 foi criada a Fundação Nestlé de Cultura para apoiar projetos culturais por meio de patrocínio. A literatura é o principal caminho contemplado pela fundação. O Prêmio Nestlé de Literatura, iniciativa que homenageia novos talentos da literatura em diversas categorias, foi uma de suas ações mais importantes. Além disso, há a Viagem Nestlé pela Literatura, resultado da parceria entre a fundação com o Ministério da Cultura, que recebe apoio do MEC e promove concursos literários para incentivar o hábito da leitura. O projeto é destinado a alunos da 8ª série e do ensino médio, e tem investimento de cerca de R\$2 milhões. A Nestlé ainda apóia o projeto Alfabetização Solidária. 

 www.nestle.com.br

À esquerda, dona Maria com as crianças para quem cozinha. Colheita na horta comunitária e fachada da associação de Caçapava.





S O S

Hospitais Filantrópicos

*Endividadas e com poucos recursos,
instituições lutam para sobreviver no Brasil*

DANIELA TCHERNIACOWSKI

Entidades seculares que iniciaram a história da saúde no Brasil, as Santas Casas de Misericórdia e os Hospitais Filantrópicos vêm passando por uma delicada crise financeira. Exemplo disso é o Hospital Santa Marcelina, um dos mais importantes da Zona Leste de São Paulo, que soma uma dívida de pelo menos R\$ 50 milhões.

O principal motivo, segundo o setor, está no baixo valor pago pelo SUS (por falta de atualização das tabelas), que não consegue cobrir o custo dos procedimentos. O problema, muitas vezes, ainda é agravado pelo atraso no repasse. A solução, geralmente, são os empréstimos bancários que, a longo prazo, aumentam o endividamento dos hospitais por conta dos altos juros.

Para se ter uma idéia da importância dessas instituições no sistema de saúde nacional, em 2003 as cerca de 2.100 instituições filantrópicas espalhadas pelo país foram responsáveis por quase 5 milhões de internações, 41% das mais de 11 milhões realizadas pelo SUS. Os dados são da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas – CMB.



“Em 1983, o hospital gastava mais do que recebia, não cobria custos de serviços de fornecedores e acumulava mais de 900 processos por falta de pagamento”



Olímpio Dalmagro, diretor-geral da Santa Casa de Porto Alegre

Driblando a crise

Apesar das dificuldades atingirem a maior parte dessas instituições, há quem consiga encontrar maneiras de driblá-las, como a Santa Casa de Porto Alegre. Hoje, é uma das poucas entidades em condição financeira mais equilibrada, após muitas décadas de crises, que a fez até fechar as portas em 1978 pelo período de 36 horas.

Em meados de 1983, novos fatos se encarregaram de piorar a situação. “O hospital gastava mais do que recebia, não cobria custos de serviços de fornecedores e ainda acumulava mais de 900 causas trabalhistas por falta de pagamento”, lembra Olímpio Dalmagro, atual diretor-geral da entidade, que naquele ano entrou na instituição para assumir a Diretoria Administrativa justamente com a missão de sanar a crise.

Entre as ações, Dalmagro adotou um sistema de gestão empresarial que assegurasse a sobrevivência da casa, profissionalizou a equipe e trabalhou pela melhoria das condições tecnológicas. Por meio de convênios com universidades e governo estadual, resolveu parte das questões financeiras. Já com as contas praticamente em dia, percebeu a necessidade de investir em especialidades como cardiologia e oncologia, centros cirúrgicos e UTI, fazendo da Santa Casa uma referência no Estado do Rio Grande do Sul.

Atualmente, o complexo inclui dois hospitais gerais e cinco especializados, sendo um dos mais indicados em transplantes de órgãos. Em 2003, atendeu a mais de

363 mil pacientes por dia, dos quais 62,7% pelo SUS. “Hoje, a Santa Casa de Porto Alegre compreende uma estrutura enorme, de sofisticada tecnologia voltada para atendimentos de extrema complexidade, tendo conquistado vários prêmios de gestão. Isso tudo graças ao projeto de profissionalização, planejamento e visão de longo prazo”, afirma Dalmagro.

Distante do histórico de problemas, a Santa Casa de Porto Alegre pode ser considerada praticamente uma exceção, num momento em que o setor de saúde filantrópico encontra-se, em sua maioria, à beira de um colapso.

Prevendo este cenário, o Ministério da Saúde teve de criar mecanismos a fim de auxiliar as entidades.

Programa de Reestruturação do Ministério da Saúde

Lançado em agosto deste ano, o Programa de Reestruturação dos Hospitais de Ensino do SUS, no qual se incluem alguns hospitais filantrópicos, visa não só socorrer financeiramente as instituições, mas reformular o sistema de gestão.

No total, o programa prevê, para este ano, o repasse de mais R\$ 100 milhões para manutenção e incentivo à contratualização das unidades de ensino.

A proposta de reestruturação muda a relação entre gestor e prestador de serviço. Com ela, gestores de saúde e hospitais vão discutir e

PRINCIPAIS MUDANÇAS DO PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO DOS HOSPITAIS DE ENSINO

Certificação

Para serem reconhecidos como entidade de ensino, os hospitais devem realizar pesquisa; aderir à política nacional de humanização do SUS; estar sob regulação da gestão local e compor o sistema estadual de atenção às urgências entre outras especificações. Ao todo, são 17 os critérios a serem observados para se obter o título, que será reavaliado a cada dois anos por uma equipe de técnicos dos Ministérios da Saúde e Educação. Até agora, mais de 150 hospitais já requisitaram a vistoria, sendo que 18 instituições receberam os primeiros certificados.

Relação com gestores (contratos)

A idéia é fortalecer a relação entre gestor e prestador de serviço. Ambos passarão a formular as metas que deverão ser cumpridas pelos hospitais em conjunto, observando a realidade da rede de saúde local. Essas metas também deverão estar inseridas em quatro áreas prioritárias, definidas pelo Ministério da Saúde: compromisso do hospital em relação à assistência (considerando a necessidade real da população); à formação e educação permanentes; à área de pesquisa e avaliação tecnológica e ao aprimoramento da gestão.

Modelo de financiamento

As unidades passarão a receber de acordo com o cumprimento de metas firmadas com o gestor. Os hospitais terão um orçamento global misto, em que receberão um montante fixo por mês, destinado ao custeio de ações de média complexidade e um outro valor, baseado na produção de serviços, para custear ações de alta complexidade. Atualmente, o repasse de recursos é baseado apenas na produção de serviços (realização de consultas, cirurgias, transplantes, número de internações e outras ações). Com a nova forma de financiamento, o Ministério da Saúde quer evitar que muitos hospitais escolham a realização de procedimentos melhor remunerados pela tabela do SUS.

especificar as metas que deverão ser cumpridas. Essas metas serão formuladas, levando em conta a realidade da rede de saúde local e as necessidades da população a ser atendida.

O programa também altera a forma de financiamento dos hospitais de ensino, que passarão a receber de acordo com o cumprimento das metas. Atualmente, o repasse de recursos é baseado na produção de serviços. Isto é, os hospitais de ensino recebem de acordo com a realização de consultas, número de internações e outras ações. O novo modelo de financiamento prevê orçamento global para os hospitais, e apenas os procedimentos de alta complexidade continuarão sendo pagos por produção.

A primeira entidade beneficiada foi o Hospital Santa Marcelina, de São Paulo, que fechou convênio com o Ministério e a Prefeitura de São Paulo e receberá, por mês, um adicional de mais de R\$ 692 mil. Outra atendida pelo programa foi a Santa Casa de São Paulo, cuja dívida com fornecedores chega a R\$ 18 milhões. Pelo contrato com o Ministério da Saúde, receberá cerca de R\$ 1,4 milhão a mais por mês, representando, por ano, R\$ 16,71 milhões.

“O principal problema enfrentado pela Santa Casa de São Paulo é a diferença entre custo e receita, pois o SUS deixa de cobrir 35% dos gastos totais, o que significa um grande déficit para um hospital como o nosso que atende 95% pelo SUS”, explica Antônio Carlos Forte, superintendente da instituição.

Para suprir suas necessidades financeiras, uma das formas de captação de recursos, segundo ele, está no hospital Santa Isabel, cujo atendimento é feito somente por convênio particular. O volume de atendimentos nesta instituição responde por 5% do total e corresponde a 15% da receita geral. “Tudo o que é arrecadado vai para o caixa da Santa Casa”.

Ao todo, a entidade compreende 7 hospitais (que realizam cerca de 7 mil atendimentos/dia), um colégio, uma escola de enfermagem e uma faculdade de Medicina. Por mês, recebe R\$ 14 milhões do SUS, sendo que, segundo Forte, a manutenção do complexo gira em torno de 21 a 22 milhões de reais mensais.

Para resolver este buraco nas finanças, a solução pode ser a participação no programa do Ministério da Saúde. Mas, para isso, deve resolver, em sua administração, outro impasse comum da área de saúde no Brasil: a priorização de atendimentos de alta complexidade.

Como o acordo vincula o repasse de verbas aos procedimentos, o intuito do governo é que os grandes hospitais deixem os casos mais simples para postos de saúde. A medida, ao mesmo tempo em que desafoga a enorme demanda destas unidades, estimula melhor planejamento das ações, já que os hospitais saberão antecipadamente quando receberão o dinheiro, sendo 90% dele fixo e 10% liberado por cumprimento das metas.

Pertencente à Santa Casa de São Paulo, o Hospital Santa Isabel responde por 15% dos recursos do complexo



Auditoria? Conte com a gente.

Enter

Somos uma empresa de Auditoria

especializada no segmento de

“Entidades Filantrópicas”.

Sob a responsabilidade técnica

dos contadores

Nilton Antonio Tiellet Borges e

Ivan Roberto dos Santos Pinto -

ambos com registro na CVM -

orgulhamo-nos de ter conquistado

credibilidade e eficiência. Com uma

equipe de profissionais competentes

neste segmento, a TSA está preparada

para proporcionar à sua Entidade a

tranquilidade de ter realizado

um ótimo investimento.

TSA

AUDITORES ASSOCIADOS

Av. Nova York 10/508

Porto Alegre/RS • CEP 90550-070

Fone/Fax: (51) 3325.2080

E-mail: tse@tse.com.br

“Será uma possibilidade do hospital se administrar melhor”, avalia o superintendente da Santa Casa de São Paulo.

De acordo com o ministério, atendimentos de média-complexidade – área com maior estrangulamento no SUS – terão cálculo de quanto é repassado atualmente para os hospitais de ensino. Com base nesse levantamento, o órgão do governo vai estabelecer um repasse fixo para cada instituição e criar um fator de incentivo.

Vale ressaltar que os recursos recebidos regularmente pelos hospitais de ensino, como o Fideps e, no caso dos hospitais filantrópicos, o Integrasus, serão incorporados ao novo modelo.

Para poder cumprir com a meta de atender apenas os casos mais complexos, a Santa Casa de São Paulo deverá encaminhar cerca de 20% de sua demanda para os postos de saúde até o fim do ano.

Outro objetivo do órgão federal de saúde é estimular o aprimoramento dos hospitais em

relação ao ensino e à pesquisa em saúde, aos mecanismos de gestão hospitalar e mudanças na maneira como esses hospitais se inserem na rede do SUS. Por isso, duas outras portarias foram assinadas pelos ministros da Saúde, Humberto Costa, e da Educação, Tarso Genro. Uma delas cria novos requisitos para certificação dessas instituições como “de ensino”.

Crítérios

Ao todo, são 17 quesitos a serem observados para se obter o título de hospital de ensino. Um deles é oferecer atividades curriculares de internato para todos os estudantes de pelo menos um curso de Medicina e promover ações de outro curso da área de saúde. Outras exigências são estar de acordo com as normas de pós-graduação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e ter dez vagas de primeiro ano de residência hospitalar nas áreas básicas.

É necessário, ainda, garantir o acompanhamento de professores aos estudantes de graduação



“O principal problema da Santa Casa de São Paulo é a diferença entre custo e receita, pois o SUS deixa de cobrir 35% dos gastos totais”

Antônio Carlos Forte, superintendente da instituição



Vista aérea do complexo hospitalar da Santa Casa de Porto Alegre. Após longa crise, finanças finalmente foram restauradas

e residentes, assim como a realização de atividade regular de pesquisa. A instituição deve ter instalações adequadas de ensino, com sala de aula e recursos audiovisuais, e acesso a uma biblioteca atualizada e especializada na área de saúde.

Aumento no repasse do SUS

Uma das maiores reivindicações dos hospitais filantrópicos – o reajuste na tabela de procedimentos do SUS – saiu neste ano, acrescentando cerca de R\$ 505 milhões no limite financeiro anual da Assistência Ambulatorial e Hospitalar.

A medida também foi realizada em 2003, sendo que ao todo, foram destinados mais R\$ 330,48 milhões por ano (R\$ 27,54 milhões por mês) para pagar as novas tabelas.

Segundo dados do Ministério da Saúde, de janeiro a junho de 2004, o órgão repassou R\$ 1,8 bilhão para os hospitais filantrópicos cobrirem gastos com ações de média e alta

complexidade. Em 2003, essas unidades receberam R\$ 2,8 bilhões.

Apesar disso, dada a contínua penúria das contas dos hospitais, o governo também está negociando com a Caixa Econômica Federal alternativas de apoio e saneamento financeiro, além de linhas de crédito especial para a renegociação de dívidas das instituições filantrópicas.

Com todas estas medidas e o recente programa de reestruturação dos hospitais, que ainda deverá ser assinado por mais sete outras entidades, resta agora esperar os resultados.

Os primeiros passos para que o setor filantrópico de saúde possa superar a crise já estão sendo dados. Melhor ainda do que ter as contas em dia, o objetivo final é que os hospitais sejam verdadeiras referências em atendimento, ensino de profissionais e em pesquisa no Brasil. Pelo menos é como principalmente a população mais carente deve ver um dia sua cidadania respeitada. 



CONGRESSO DISCUTE SETOR DE SAÚDE FILANTRÓPICO

No final de agosto deste ano, a Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas – CMB realizou a 14ª edição do Congresso Nacional das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos, que contou com a participação do ministro da Saúde, Humberto Costa.

O evento, que reuniu cerca de 460 pessoas, teve como tema “Nossa missão: Filantropia é cidadania”. Ao abrir o encontro, o ministro disse que muitos estados e alguns municípios não estão aplicando no setor conforme prevê a lei que assegura recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

Durante três dias, os congressistas ouviram e debateram os seguintes temas: “Por que filantropia é cidadania?”, “A inserção das filantrópicas no SUS”, “O controle social e o papel do Ministério Público no SUS”, “Como otimizar custos nas farmácias hospitalares”, “A regulação da relação prestadores de serviços e operadoras de planos e seguros de saúde”, “Inversão do modelo como ferramenta para a viabilização do hospital”, “A isenção previdenciária em debate”, “A relação dos prestadores filantrópicos com os gestores estaduais e municipais de saúde”, e “O vínculo dos médicos com os hospitais filantrópicos e a polêmica do código 7”.

Segundo o presidente da CMB, Pe. José Linhares Ponte, foi possível “debater de forma mais ampla o SUS, percebendo as dificuldades que têm cada uma das nossas entidades. Acredito que elas existem ou sobrevivem por ‘milagre’, já que os obstáculos são muitos, pois se os próprios hospitais (universitários de ensino e pesquisa) do governo estão falindo, imagine como elas continuam em meio à falta de financiamento? Mas tenho certeza de que desse encontro saíram soluções e esclarecimentos muito produtivos”.

O congresso ainda contou com o lançamento do livro “Marketing de Relacionamento para Organizações de Saúde: gestão de parcerias e fidelização de clientes” (Ed. Atlas), dos professores Valdir Ribeiro Borba (FGV-RJ) e Valdir Roberto Furlan (Unirp de São José do Rio Preto), mestres em Administração, colaboradores e pesquisadores do setor filantrópico da saúde (leia nesta edição artigo de Valdir Borba).

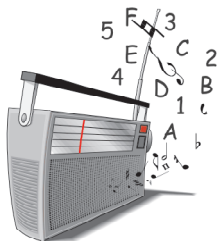


www.cantocidadao.org.br

Conheça alguns programas de democratização de informações sobre cidadania

Canto Cidadão nas ondas do Rádio

Transmitido ao vivo todos sábados, das 11 ao meio-dia, pela Rádio Boa Nova AM 1450 khz, o programa trata os temas relacionados ao exercício pleno da cidadania de forma clara e descontraída, convidando o ouvinte a participar e fazer a sua parte.



Outros programas do Canto Cidadão:

- Doutores Cidadãos
- Canto Cidadão em todos os cantos
- Canto Cidadão em prosa e verso
- Canto Cidadão na TV

Conheça mais no site da organização:

www.cantocidadao.org.br



Universidade Para Todos

O governo federal publicou a medida provisória nº 213 no Diário Oficial de 10 de setembro de 2004, criando o programa Universidade Para Todos (Prouni), que prevê a concessão de bolsa de estudo integral para cursos de graduação e sequenciais de formação específica em instituições privadas de ensino superior. O programa beneficiará a todos que cursaram o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituição privada na condição de bolsista integral.

A bolsa integral será concedida a brasileiros sem diploma de curso superior e cuja renda familiar não exceda um salário mínimo *per capita*. Alunos com renda de até três salários mínimos terão bolsa que cobrirá 50% do valor da mensalidade. A bolsa também será destinada a alunos portadores de deficiência e a professores da rede pública da educação básica. Cumpridos os requisitos da MP, as instituições serão beneficiadas com isenções tributárias sobre o Imposto de Renda, a CSLL (lei 7.689/88), a Cofins (lei complementar 70/91) e o PIS (lei complementar 7/70).



Contribuição Social

Segundo o ato declaratório executivo nº 51, de 16 de julho de 2004, os valores retidos a título de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e de Contribuição para o PIS/Pasep, em decorrência de pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas de direito privado, nos termos dos arts. 30 e 31 da lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, devem ser recolhidos ao Tesouro Nacional por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf).



Serviços sujeitos ao Código de Defesa do Consumidor

O fato de uma entidade prestar serviços de assistência médica, hospitalar, odontológica e jurídica, sem fins lucrativos, de caráter beneficente e filantrópico, não a impede de ser considerada fornecedora de serviços nos termos do Código de Defesa do Consumidor (CDC). Essa foi a decisão proferida pela Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça ao examinar recurso do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) contra suposta ilegalidade no aumento de mensalidades da Sociedade de Beneficência e Filantropia São Cristóvão, de São Paulo.



Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego

O decreto federal nº 5.199 de 30 de agosto de 2004, que regulamenta a lei nº 10.748 de 22 de outubro de 2003, criou o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE). Ficou estabelecido que haverá um monitoramento bimestral pelo Ministério do Trabalho e Emprego com o objetivo de evitar a substituição de trabalhadores ativos por jovens participantes do PNPE, analisando o quadro de movimentação dos trabalhadores, nos termos desse decreto.



Programa Escola da Família

O programa Escola da Família, de acordo com o decreto estadual nº 48.781, de 7 de julho de 2004, institui o desenvolvimento de uma cultura de paz no Estado de São Paulo, com o objetivo de implementar ações de natureza preventiva. O programa tem como proposta a abertura das escolas públicas estaduais aos finais de semana, com o propósito de atrair os jovens e suas famílias para um espaço voltado à prática da cidadania, onde serão desenvolvidas ações socioeducativas.



NATALIA KREZARI



Reajuste do SUS

Até o momento, o presidente do Superior Tribunal de Justiça, o ministro Edson Vidigal, decidiu quase 30 pedidos de suspensão de liminar ou de tutela antecipada em relação ao reajuste de 9,56% na tabela de remuneração dos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS). Já são mais de 300 ações semelhantes vindas de hospitais e clínicas privadas de todo o país, e o valor total dos reajustes pleiteados já chegaria a R\$ 8 bilhões.



Educação e minorias étnicas

O Conselho Nacional da Educação, por meio da resolução nº 1 de 17 de junho de 2004, institui diretrizes curriculares nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, que deverão ser incluídos nos currículos de todas as instituições de ensino, em todos os níveis e modalidades da educação brasileira.

Brasil setembro de 2059

Organização baiana desenvolve projetos para equilibrar relações entre índios e não-índios

FELIPE MELLO E ROBERTO RAVAGNANI
programa@cantocidadao.com.br

Brasil, setembro de 2059. As principais manchetes dos periódicos tupiniquins concentram suas atenções para o censo demográfico nacional recém-divulgado. Os dados impressionam: a população brasileira é constituída por 9 milhões de habitantes, sendo que apenas 670 mil cidadãos são capazes de se comunicar pela língua portuguesa.

Tais afirmações, ainda que evidentemente descabidas, guardam relações diretas com um processo bárbaro da recente história de vida deste país. A população indígena do Brasil despencou, em 504 anos, de cerca de 10 milhões para 550 mil pessoas. E destas, apenas 40 mil dominam uma das 180 línguas pertencentes a seus povos. Lembrando que, logo após a chegada de Cabral e sua trupe à *terra brasilis*, os milhões de habitantes locais dominavam 1.200 línguas diferentes.

Certamente, um cacique que tivesse acesso à engenhoca de Steven Spielberg e viajasse no tempo, saindo do ano de 1500 para 2004, se depararia com uma manchete trágica em relação ao desenvolvimento, ou melhor, o desaparecimento quase completo de seu povo. O mais preocupante: não teria a posterior correção, uma vez que não se trataria de futurologia macabra. Ainda, voltaria às dependências de sua oca com um profundo sentimento de desânimo, depois de verificar que o grande algoz de sua gente ainda vivia, firme e forte: a indiferença. A proposta é exatamente a reflexão, uma vez que soa desastroso pensar a pátria brasileira pós-colonização reduzida ao tamanho do município de São Paulo (em termos populacionais).

No caso de nossos irmãos de terra, os índios, a violência não ficou apenas no âmbito físico, tendo deixado cicatrizes profundas e feridas ainda expostas na cultura de seus povos. A história conta que os portugueses, a serviço da corte, ao chegarem a esta terra, ignoraram solenemente as instituições educativas dos indígenas, com o objetivo de desarticular a identidade das etnias. A explicação: os lusitanos consideravam “universais” as instituições e os fundamentos filosóficos do

sistema educacional europeu. Assim, os saberes indígenas ficaram excluídos da sala de aula. A função da escola era fazer com que aqueles estudantes novos desaperdessem o que tinham de bagagem, sendo, inclusive, proibidos de se comunicar em suas línguas, obrigados a aprender o português e introduzidos ao aprendizado de uma série de ofícios.

Thydwá quer paz

Entretanto, viajar pelo passado torna-se improdutivo se o passeio não proporcionar conhecimento e mudanças no presente. Vale apresentar uma organização social baiana que vem implementando e gerenciando projetos sociais para o resgate, preservação, defesa e valorização da cultura indígena.

O ONG Thydwá atua em diversos municípios da região sul da Bahia, tendo lançado em agosto deste ano um projeto chamado Índio Quer Paz, que tem a proposta de transformar a realidade por meio da melhoria da relação entre as comunidades indígenas e os “brancos”. “Buscamos o respeito mútuo à cultura e à educação”, completa Ricardo Sousa, diretor executivo da organização.

Contando com o apoio institucional da Unesco e o patrocínio da Brazil Foundation, a organização tem como estratégia inicial para esse projeto um trabalho de fortalecimento da união entre os pataxós, que são divididos em seis etnias e somam 2.500 pessoas. Nos 12 meses de duração do projeto, ainda serão realizadas atividades que fomentem a integração entre os elementos da comunidade, colocando lado a lado moradores e índios.

Em busca de uma relação mais próxima e produtiva com o poder público, o projeto investirá na sensibilização de autoridades locais, assim como o intercâmbio cultural terá cadeira cativa no transcorrer dos trabalhos, com a realização de eventos culturais e visitas trocadas, ou seja, não-índios conhecendo as aldeias e os índios visitando teatros e museus. “A idéia é



A organização tem como estratégia inicial para esse projeto um trabalho de fortalecimento da união entre os pataxós

que todos sigam de mãos dadas, porque não são somente os índios que serão beneficiados, mas toda a sociedade. Até porque os riscos existentes hoje afetam a todos”, afirma Ricardo.

O projeto Índio Quer Paz é fruto de uma campanha chamada Índio Quer Respeito, que teve a organização a cargo da Thydêwá e a realização dos tupinambás. Durante uma semana, em março de 2003, a cidade de Ilhéus (BA) foi cenário de dinâmicas de conscientização, com os índios, sobre direitos humanos, além de palestras sobre relações de paz na retomada da terra e também a importância do respeito e tolerância às diferenças culturais. Durante a campanha, uma série de escolas da região foram visitadas, abrindo oportunidade para que os índios se aproximassem dos alunos e apresentassem seus cantos e danças sagradas. Ricardo Sousa informa que aproximadamente 20 mil alunos foram atingidos pela iniciativa. “Foi uma possibilidade de acesso a informações importantes, uma vez que muitos alunos ainda ignoravam a existência de aldeias localizadas nas adjacências de sua própria cidade”. Ponto para a cidadania inclusiva, pois a consciência promove a reflexão sobre a indiferença e suas consequências, sendo este o caminho mais inteligente para a mudança de atitudes e posturas.

Em busca da preservação da cultura indígena

Além da busca pelo binômio “respeito-paz”, a ONG Thydêwá também está atuante para garantir a preservação da cultura indígena e a convivência pacífica com a população local. Um exemplo é o projeto Índio na Visão dos Índios, que apresenta sete livros, resultado do trabalho dos próprios índios, que deixam claro que podem e querem contar a própria história. Já o projeto Irmãos em um Mundo trabalha com recursos audiovisuais para mostrar documentários sobre o intercâmbio entre membros de duas comunidades, sempre partindo da observação dos próprios índios.

E para aqueles que acreditam que índio somente quer apito e espelinho, o projeto Índio On-line dá o recado. Desde 2001, mais

de sete comunidades dos Estados da Bahia, Pernambuco e Alagoas, contando com aproximadamente 4 mil índios cada, estão conectadas à internet. Isso permitiu a formação de grupos de estudo e trabalho, visando a melhoria das condições de existência, com atenção à educação, saúde e alimentação.

Não se trata apenas de elaborar diretrizes políticas e impô-las pelas leis, até porque muitas delas existem e não são ampla e irrestritamente obedecidas. É preciso aproveitar as informações e acelerar o passo no processo de valorização da cultura indígena, elo indispensável desta terra com a sua história.

Escolas indígenas e educação diferenciada

Segundo o Censo Escolar 2003, do Ministério da Educação, são 147 mil estudantes em 2.079 escolas indígenas. Trata-se de um número considerável, quando observada a população total, mas muito mais ainda está por ser feito, a fim de que a política de educação indígena promulgada na Constituição Federal de 1988 seja respeitada. Vale lembrar que passou a ser dever do Estado o oferecimento de uma educação escolar bilíngüe e intercultural, para fortalecimento das práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade. Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 9.394) e o Plano Nacional de Educação (lei 10.172) reforçam a questão da necessidade da educação diferenciada, com a valorização dos conhecimentos desses povos.

O Terceiro Setor tem um importante papel a cumprir nessa seara. São ações como as empreendidas pela ONG Thydêwá que demonstram, na prática, a possibilidade do fazer acontecer, deixando sem argumentos aqueles que não têm vontade política para equilibrar as relações entre brancos e comunidades indígenas. Não se trata de paternalismo ou *mea culpa* simplesmente, mas sim de uma política indiscriminadamente inclusiva e justa, que batalhe incessantemente pelo equilíbrio social e promoção do desenvolvimento do ser humano. 🍌



Thydêwá

Rua Pau Brasil, 7A
CEP 41410-190 – Itapua/BA
www.indiosonline.org.br
tecerofuturo@projetoareviver.org.br
(71) 375-1441

Felipe Mello e Roberto Ravagnani. Radialistas, palestrantes e diretores da organização não-governamental Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.

Ser humano, agente de conservação

Organização do Rio de Janeiro aposta na formação de jovens agentes multiplicadores e parcerias intersetoriais para contribuir com a sustentabilidade local e planetária

FELIPE MELLO E

ROBERTO RAVAGNANI
programa@cantocidadao.com.br

Durante alguns anos, uma área de 31 hectares – equivalente a 40 campos oficiais de futebol – foi pivô de um entrave muito comum: a ânsia imobiliária contra a preservação de uma área verde em um dos bairros mais tradicionais do Rio de Janeiro. Ou o espaço se tornava uma montadora de automóveis, ou um parque à disposição dos cidadãos. O desfecho desse embate parece óbvio, mas felizmente a obviedade foi vencida pela mobilização dos moradores da Freguesia, que fizeram passeatas para criar o Bosque da Freguesia, garantindo, assim, a preservação do espaço verde. Na liderança do movimento, estavam organizações da sociedade civil, dentre elas a Grude (Grupo de Defesa Ambiental), a Amaf (Associação de Moradores e Amigos da Freguesia), a Amju (Associação de Moradores do Jardim Urussanga) e a SOS Verde.

Em 1992, a prefeitura criou por decreto o Parque do Bosque da Freguesia que, após a urbanização, passou a ser mantido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Essa conquista foi marcante, pois era inédito o fato de os proprietários do local terem cedido 60% do terreno para a criação do bosque, e ainda terem investido em infraestrutura. Atualmente, existem dois quilômetros e meio de trilhas para caminhadas, quadras com atividades esportivas, oficinas, biblioteca, auditório e anfiteatro.

Grupo de Defesa Ecológica

A área ambiental tem papel de destaque no protagonismo social, até mesmo em função das demandas geradas pelo *modus operandi* da sociedade moderna. A própria cidade do Rio de Janeiro foi palco, em junho de 1992, da ECO92, a segunda Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Na ocasião, 114 chefes de Estado, 10 mil jornalistas e 40 mil militantes de

3.200 ONGs se reuniram, encerrando o evento com a assinatura da Agenda 21, um documento de 840 páginas que prevê uma série de estratégias globais de desenvolvimento sustentável.

Entre as organizações participantes estava o Grude, Grupo de Defesa Ecológica, associação civil sem fins lucrativos, fundada em 1986. “A organização nasceu com a missão de melhorar a qualidade de vida da população, por meio da defesa e proteção do meio ambiente, da biodiversidade, dos recursos naturais e de áreas ecologicamente importantes, estimulando a implementação efetiva de unidades de conservação”, explica o secretário adjunto do grupo, Sérgio Luiz May. Ao tomar frente na ampla mobilização comunitária pela defesa da área de mata atlântica, o Grude demonstrou sua decisão em utilizar a educação socioambiental para colaborar com a sustentabilidade local e planetária. Essa linha de atuação está presente nos programas e projetos empreendidos pela organização, voltados para jovens e crianças das comunidades de baixa renda na cidade do Rio de Janeiro.

Agente Jovem

“O Projeto Agente Jovem pretende inserir na vida social e profissional adolescentes em situação de risco”, afirma Sérgio. Para tanto, o Grude promove a capacitação como forma de estimular e desenvolver o pleno exercício da cidadania, com a orientação individual e coletiva dos moradores sobre a melhor maneira de se apropriar e utilizar os equipamentos da comunidade, dentro do Programa Favela Bairro, da prefeitura do Rio.

Atualmente, fazem parte das atividades 475 jovens de 19 comunidades da cidade do Rio de Janeiro. “A proposta de capacitação se concentra na área de desenvolvimento social

Atividades da Trupe da Criança



DIVULGAÇÃO



Placa de sinalização do bosque



Vista aérea do Bosque da Freguesia



Participantes do Projeto Agente Jovem

e busca formar um agente capaz de prestar orientações mínimas sobre o patrimônio público e os bens coletivos, educando sócio e ambientalmente o jovem cidadão”, completa o secretário adjunto. O aluno atua repassando os conhecimentos adquiridos aos demais jovens e moradores de sua comunidade e, posteriormente, aos estudantes de sua escola.

Um diferencial marcante dessa iniciativa é seu material didático. São três cartilhas educativas criadas especialmente para a capacitação, que transmitem conhecimento com uma linguagem que os jovens dominam, motivando-os, de forma interativa, a conhecer a própria comunidade e entender seu papel na promoção do equilíbrio e justiça social. “Não há dúvidas de que nosso material didático tem grande responsabilidade no sucesso da formação dos jovens”, afirma Sérgio.

Em 2002 e 2003, o Agente Jovem capacitou 500 jovens moradores de 20 comunidades de baixa renda do município do Rio de Janeiro como agentes locais de cidadania e conservação dos bens públicos coletivos. O projeto contou com o apoio da Secretaria de Estado de Ação Social (Seas), Ministério de Previdência e Assistência Social, Ministério da Justiça e Secretaria Municipal de Habitação (SMH).

Trupe da Criança

Desenvolvimento de atividades artísticas com cerca de 90 crianças e jovens de rua, entre 6 e 17 anos, em horário complementar ao da escola, por meio de atividades pedagógicas, artísticas e culturais. Este é o projeto Trupe da Criança, mais uma iniciativa executada pelo Grude e que também faz parte das ações sociais do Programa Favela Bairro, da prefeitura do Rio. Seu objetivo é afastar crianças e adolescentes da criminalidade e do trabalho precoce nas ruas da cidade.

O programa já funciona nos bairros da Tijuca, Grajaú, Vila Isabel e na Zona Sul. A equipe aborda as crianças e adolescentes nas ruas da cidade, convencendo-as a participar. “Capoeira, música, trapézio, artes plásticas, malabares, leitura e narração de histórias, máscaras, teatro, dança, essas são algumas das oficinas oferecidas pelo projeto”, informa o secretário. As famílias que tiveram os filhos participando do projeto recebem uma bolsa, que pode ser retirada, pelo responsável, por meio do cartão da prefeitura. Dessa forma, há um incentivo para que as crianças permaneçam na escola regular, a fim de que possam participar da Trupe da Criança e ter acesso a uma das 154 bolsas no valor mensal de R\$ 110 cada.

O programa oferece também reforço escolar, passeios e jogos. “Nos fins de semana, a turma participa de atividades culturais, esportivas e de lazer para os beneficiados do projeto e seus familiares. É interessante perceber que os pequenos artistas já estão realizando apresentações em diversas instituições e espaços públicos da cidade”, comemora Sérgio Luiz May.

Segundo o site da Secretaria Municipal de Trabalho e Renda do Rio de Janeiro, já está prevista para este semestre a expansão do projeto para a Barra da Tijuca.

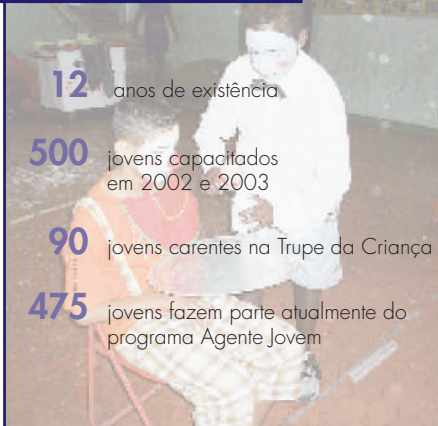
Parceria com o poder público

O Grude aplica na prática o conceito de parcerias intersetoriais, mantendo relações de trabalho com órgãos governamentais, empresas e instituições do Terceiro Setor. Assim, consegue ampliar sistematicamente o impacto de suas ações, notadamente nos casos dos projetos Agente Jovem e Trupe da Criança. “O reconhecimento pelos resultados dos trabalhos em parceria possibilitaram à organização fazer parte da Rede Planet Society da Unesco e credenciar-se junto ao Conama-CNEA. Além disso, o Grude é membro

do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Rede Estadual de Educação Ambiental; da Apedema-RJ; do Centro de Referências do Movimento de Cidadania pelas Águas; Rede de ONGs de Mata Atlântica e do Fórum 21 para implementação da Agenda 21 aqui na cidade do Rio de Janeiro”, esclarece Sérgio.

Fica claro que o esforço em empreender e manter parcerias com os diversos atores sociais, sem perder de vista o foco das ações, deve estar entre as estratégias das organizações, a fim de que seja ampliada a possibilidade de cumprimento de sua missão. 🌱

NÚMEROS DO GRUDE



Grude – Grupo de Defesa Ecológica

📍 Estrada de Jacarepaguá, 7.818/201
CEP 22753-040 – Rio de Janeiro/RJ
🌐 www.grude.org.br
☎ (21) 2436-1786 e 2447-3693

Felipe Mello e Roberto Ravagnani. Radialistas, palestrantes e diretores da organização não governamental Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.

Atuando no nordeste, a Apami leva qualidade de vida aos moradores de Petrolina

Cuidando da saúde

MARCIO ZEPELINI
marcio@zeppelini.com.br



Atendimento no Centro de Oncologia Dr. Muccini



Atividades na Casa da Criança



Exame de ultra-sonografia na Central de Diagnósticos

A preocupação em levar cuidados médicos a futuras mães de Petrolina foi o que impulsionou o surgimento da Associação Petrolinense de Amparo à Maternidade e à Infância (Apami). Desde 1948, quando começou como instituição, já proporcionava atendimento médico às gestantes, com exames de pré-natal e, após o parto, acompanhamento aos recém-nascidos. Ainda na década de 40, a associação criou o primeiro lactário (estabelecimento que fornece leite) de Petrolina. Também interiorizou o atendimento médico na região, com a criação de maternidades rurais, de forma a prestar assistência às mães que não residem próximo à cidade e, conseqüentemente, distantes de atendimento médico-hospitalar.

Em tantos anos de história, a Apami vem aumentando seu raio de ação. Além de prestar atendimento materno-infantil com serviços médico-odontológicos, realiza ações de prevenção e assistência ao portador de câncer de Petrolina, e atendimento a cidades circunvizinhas de Pernambuco, Bahia e Piauí, abrangendo um universo estimado em 2 milhões de habitantes. Atualmente, é o maior centro de diagnóstico e tratamento em oncologia da região.

Em 1972, inaugurou a primeira creche da cidade, que funciona até hoje, e mantém cerca de 300 crianças carentes.

Diversidade na atuação

Os projetos da Apami passaram a englobar outras vertentes, pois a vocação pela

filantropia não os permitia somente trabalhar com o atendimento à maternidade. Com a abrangência maior, foi também necessário dividir fisicamente o atendimento. Atualmente, a Apami conta com diversas unidades de tratamento e diagnóstico:

Central de Diagnósticos – A Central de Diagnósticos oferece à população serviços de radiologia, ultra-sonografia, eletrocardiografia, eletroencefalografia, endoscopia digestiva alta e baixa, colonoscopia, broncoscopia e ortopedia. O objetivo é oferecer um serviço de qualidade, com o máximo conforto e segurança à população.

Unidades rurais – Localizadas em regiões de pouquíssima ou nenhuma infra-estrutura, as unidades rurais constituem um marco no processo de interiorização do atendimento médico, tendo contribuído significativamente para a redução da mortalidade puerperal e neonatal na região. Hoje, as unidades rurais fornecem atendimento médico e odontológico aos moradores dessas localidades, e encontram-se funcionando em regime de co-gestão com as prefeituras municipais de Petrolina e Dormentes, além de manter o atendimento de Rajada e Cristália.

Centro de Saúde Dr. Izaías – O Centro de Saúde dispõe de seis consultórios médicos e três odontológicos, além de uma sala para pequenas cirurgias. Realiza curativos, nebulização, esterilização, serviço de colposcopia e de prevenção do câncer. No Centro de Saúde



Bebês assistidos pela Casa da Criança

funciona também um Laboratório de Análises Clínicas e Citopatologia, onde são realizados exames de hematologia, bioquímica, imunologia, microbiologia e parasitologia, colpocitologia oncótica e biópsias.

Centro de Oncologia Dr. Muccini

Com enfoque na prevenção e tratamento do câncer, o centro tem capacidade para oferecer sessões de quimioterapia, tratamentos de hormonioterapia e imunoterapia, além de oferecer assistência social, psicológica, nutricional e médica a pacientes portadores de neoplasias malignas de Petrolina e região. Em parceria com algumas instituições, promove campanhas para esclarecer sobre os tipos de câncer mais comuns na região, como de colo uterino, mama, boca, laringe, pênis, pele e próstata.

Casa da Criança – Presta assistência social gratuita e integral com atendimento a crianças de seis meses a seis anos, provenientes de famílias em situação de precariedade socioeconômica. Nesse espaço, as crianças recebem assistência psicológica, nutricional, pedagógica, médica e odontológica, bem como orientações sobre boas maneiras, higiene, música, recreação e lazer.

Captação de recursos com suor

Como todas as entidades que dependem do SUS para o pagamento de suas despesas, a Apami precisa driblar as dificuldades a fim de conseguir equalizar as despesas e receitas.

Durante as crises, a associação criou formas criativas para enfrentar situações difíceis. Por exemplo, a criação do POP, um programa de retribuição direta dos usuários não-cadastrados ao SUS, que garante que a população mais pobre pague um preço mínimo e tenha acesso a consultas e exames mais caros, como raios-X e ultra-sonografias. Assim, o programa consegue atender os que têm remuneração muito baixa e, ao mesmo tempo, sustenta a manutenção dos serviços.

Há, ainda, o Movimento de Combate ao Câncer (MCC), uma iniciativa de mulheres da região. O movimento destina a renda proveniente de trabalhos artesanais, confeccionados por elas, ao Centro de Oncologia, especialmente com doação de medicamentos.

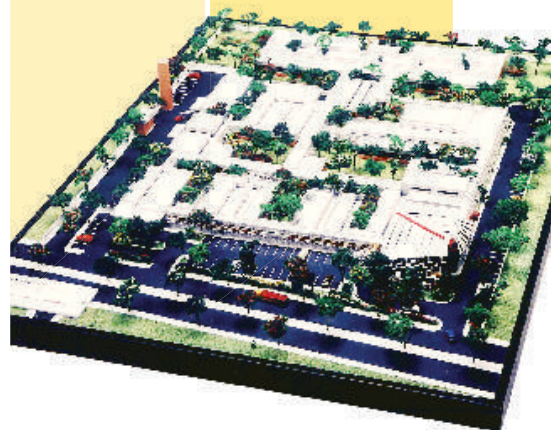
Outra forma de captação é o *telemarketing*, que, pelo telefone, viabiliza pedidos de auxílio à população local, com doações em dinheiro esporádicas e periódicas. Atualmente, a entidade está implantando um Departamento de Comunicação que objetivará principalmente a ampliação da visibilidade da entidade na região e no restante do Brasil, e, conseqüentemente, aumentar a captação de recursos.

A implantação do departamento resolverá também um grave problema anteriormente detectado: a falta de prestação de contas aos colaboradores diretos e indiretos da associação motivo que leva diversas instituições a caírem em descrédito e afugentar potenciais doadores. ☺

O SONHO DO HOSPITAL

Procurando aumentar a abrangência de seus trabalhos, a Apami planeja construir o Hospital de Câncer Dom Tomás em Petrolina. O plano é que sejam atendidas as seguintes áreas: oncologia clínica e cirúrgica; radioterapia; enfermagem; psicologia; nutrição; assistência social; fisioterapia; cito-histopatologia e pesquisa.

A meta é fazer com que a população possa ser atendida com programas que ofereçam melhor infra-estrutura, para que o câncer seja detectado ainda em estágio inicial, aumentando as chances de sucesso nos tratamentos. O terreno e as primeiras fundações – assim como o projeto arquitetônico – já estão preparados, mas a verba para a construção e funcionamento ainda não é suficiente.



Os projetos da Apami passaram a englobar outras vertentes, pois a vocação pela filantropia não os permitia somente trabalhar com o atendimento à maternidade

Apami – Associação Petrolinense da Amparo à Maternidade e à Infância

Rua Doutor Pacífico da Luz, 709
CEP 56304-010 – Petrolina/PE

www.apami.org.br

(87) 3861-0421

A busca pela melhoria da sociedade

THAÍS MENDES

Com diversas ações

sociais, o Instituto

Presbiteriano Mackenzie

é exemplo de incentivo

no Terceiro Setor

A preocupação com as questões sociais sempre esteve presente nas ações do Instituto Presbiteriano Mackenzie. No dia 16 de outubro realizou-se o 1º Dia Mackenzie Voluntário, em comemoração aos 134 anos da fundação.

Nesse dia, 4.115 voluntários se reuniram para atuar em 280 ações sociais. Entre organizações e comunidades, foram atendidos 134 projetos e, com isso, 34.414 pessoas foram assistidas diretamente. A iniciativa é idéia do diretor-presidente do instituto, Custódio Pereira, e tem como objetivo transmitir para a população o espírito de solidariedade.

As atividades foram divididas em cinco áreas: ações estruturais, relacionadas a reformas, pintura, consertos, doações e instalação de equipamentos; recreação, com trabalhos ligados a esportes, lazer, entretenimento e atividades culturais; alimentação, com festas de confraternização, jantares dançantes, distribuição de cestas básicas e arrecadação de alimentos; educação, com relação à promoção da saúde, nutrição, proteção ao meio ambiente, incentivo à leitura, entre outros, e, finalmente, cidadania, com atividades ligadas à promoção de direitos, orientação jurídica e educação comunitária. Dois meses antes do evento, os grupos já trabalhavam na arrecadação de alimentos, roupas, produtos de limpeza e higiene pessoal, material de construção e outros itens para atender às entidades selecionadas.

Custódio Pereira e colaboradoras do Dia Mackenzie Voluntário durante o evento





O 1º Dia Mackenzie Voluntário teve trabalhos ligados a esportes, lazer, entretenimento e atividades culturais

Criança Sorriso

Além do Dia Mackenzie Voluntário, desde 2000, o instituto atua no Projeto Criança Sorriso, que beneficia crianças em regime de abrigo. Desenvolvido por alunos voluntários com supervisão do Departamento de Projetos Sociais do Mackenzie, o projeto visa assegurar os direitos de brincar, praticar esportes e de se divertir para aproximadamente 250 crianças abrigadas em instituições de São Paulo.

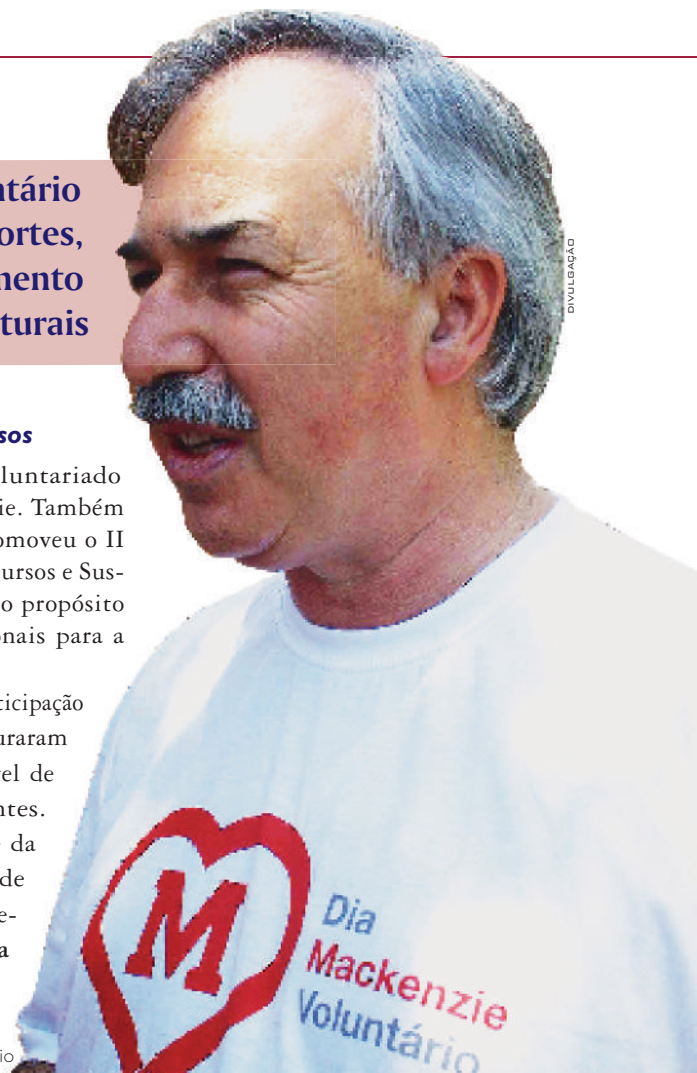
Os 120 alunos voluntários realizam oficinas de dança, artes, esportes, jogos e culinária, com o intuito de trabalhar a convivência em grupo e o esforço coletivo para desenvolver respeito mútuo e atitudes de solidariedade. A iniciativa recebeu o reconhecimento do magistrado Rodrigo Lobato Junqueira Enot, juiz de Direito da Infância e da Juventude do Foro Regional de Pinheiros – São Paulo.

Mobilização de recursos

Essas iniciativas de voluntariado não são as únicas do Mackenzie. Também em outubro, a instituição promoveu o II Congresso de Captação de Recursos e Sustentabilidade, realizado com o propósito de ensinar técnicas profissionais para a mobilização de recursos.

O evento contou com a participação de 600 congressistas que procuraram passar o maior volume possível de conteúdo para os participantes. Paulette Maehara, presidente da Associação de Profissionais de Mobilização de Recursos, entrevistada desta edição da *Revista Filantropia*, também participou do evento. 

Custódio Pereira no 1º Dia Mackenzie Voluntário



Para a Asplan o Terceiro Setor está sempre em primeiro lugar.

As soluções e a confiabilidade dos sistemas da Asplan são referência entre as principais organizações do terceiro setor, atendendo a organizações de pequeno, médio e grande porte, com o completo gerenciamento de associados, total controle financeiro e todas as obrigações fiscais específicas.

Entre em contato conosco para obter mais detalhes das nossas soluções, nós entendemos as suas necessidades e possuímos uma política diferenciada para um setor tão especial.



Soluções Inteligentes na Gestão de Informações
www.asplan.com.br - Tel (11) 5081.9800

Asplan Softwares de Gestão R. Loefgreen, 1365 Vila Mariana 04040 031 São Paulo SP Brasil
Tel (11) 5081.9800 Fax (11) 5081.9804 www.asplan.com.br comercial@asplan.com.br

Organizações que utilizam Asplan:

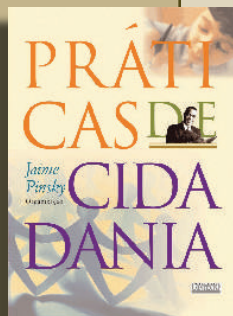
Instituto Ethos • Fundação Abrinq • Fundação Bial • Instituto HP • Fundação Diaconia

Livros

Práticas da Cidadania

A obra (Editora Contexto, 288 págs., R\$ 39) organizada pelo professor Jaime Pinsky reúne diversos nomes ligados ao Terceiro Setor, como Gilberto Dimenstein, Stephen Kanitz, Marina Silva, Milú Vilela e Oded Grajew. Os autores mostram que a área social está se desenvolvendo e saindo do âmbito das idéias para o concreto. O livro está dividido em seis temas: justiça, meio-ambiente, economia, urbanismo, educação e voluntariado.

www.editoracontexto.com.br



Marketing de Relacionamento para Organizações de Saúde

Organizado pelo professor Valdir Ribeiro Borba, docente convidado da FGV Management para cursos de MBA em Saúde, o livro (Editora Atlas, 304 págs., R\$ 59) aborda os aspectos técnicos e corporativos do marketing de relacionamento e o sistema de parcerias, importante para o relacionamento entre profissionais e clientes. A obra conta com o apoio de vários autores e é apresentada por Luiza Helena Ignácio Trajano Rodrigues, superintendente do Magazine Luiza.

www.edatlas.com.br



Empreendedorismo Social – a transição para a sociedade sustentável

Escrito por Francisco P. de Melo Neto e César Froes, a obra (Editora Qualitymark, 232 págs., R\$ 40) foca a sustentabilidade e o empreendedorismo social, além das estratégias de empresas que atuam na área social e da parceria entre comunidade, governo e setor privado. Os autores são consultores de organizações públicas e privadas.

www.qualitymark.com.br



Responsabilidade Social no Varejo – conceitos, estratégias e casos no Brasil

O livro (Editora Saraiva, 184 págs., R\$ 39) coordenado pelo professor do Centro de Excelência em Varejo da Fundação Getúlio Vargas, Juracy Parente, é dedicado à responsabilidade social no setor varejista. O objetivo é estimular e mostrar estratégias de atuação social ao varejo.

www.editorasaraiva.com.br



Prêmio Aids & Responsabilidade Social Saúde Brasil

Em sua primeira edição, o prêmio surgiu para apoiar iniciativas ligadas ao atendimento dos portadores do vírus HIV. A iniciativa é da Aguiila Saúde Brasil, e tem apoio do Instituto Ethos de Responsabilidade Social e da TV Cultura. Podem participar ONGs e associações que trabalhem na área e empresas que tenham trabalhos voltados ao tema. Os três melhores trabalhos serão premiados com R\$10 mil. Os dez finalistas serão divulgados no site Saúde Brasil. As inscrições estarão abertas até 20 de outubro.

www.saudebrasilnet.com.br

Prêmio Empreendedor Social

O Prêmio Empreendedor Social Ashoka-McKinsey, oferecido pela Ashoka Empreendedores Sociais e a McKinsey & Company, pretende desenvolver negócios inovadores e capacitar organizações da sociedade civil para implementar profissionalmente sua atuação, ampliando, assim, o impacto social. Os três finalistas receberão um prêmio no total de R\$ 90 mil. As inscrições estarão abertas até o dia 1º de outubro.

www.empreendedorsocial.org.br

Loja adaptada

A Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual (Laramara) inaugurou em setembro a Lojatec – Tecnologia Assistiva para Deficientes Visuais – que possui equipamentos para facilitar a vida dos que não enxergam ou que têm pouca visão. É possível encontrar, a preços acessíveis, desde calculadoras falantes até softwares para ajudar na área profissional.

www.laramara.org.br

Olimpíada de Saúde e Meio Ambiente

A 2ª Edição da Olimpíada Brasileira de Saúde e Meio Ambiente, realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama), tem como meta divulgar e incentivar a pesquisa sobre saúde e preservação da natureza entre alunos dos ensinos fundamental e médio. Os participantes podem se inscrever nas modalidades: arte e ciência; produção de textos e projeto de ciências. As inscrições podem ser feitas até 30 de setembro.

www.olimpiada.fiocruz.br

Curso para entidades do Terceiro Setor

A Consultoria Júnior Pública – FGV, constituída por alunos da FGV-Eaesp, vai realizar um curso voltado para as pequenas entidades do Terceiro Setor em outubro e novembro. Em sua 5ª edição, os temas discutidos serão a captação de recursos e a elaboração de projetos, para disponibilizar dicas de administração e, assim, tornar o projeto mais efetivo. O curso terá elementos práticos e teóricos, com duração de cinco semanas, todas as quintas e sextas-feiras, a partir do dia 21 de outubro.

[\(11\) 3281-7902](tel:(11)3281-7902) ou [\(11\) 3262-2796](tel:(11)3262-2796)

Gestão Pública e Cidadania

O Gestão Pública e Cidadania é um programa de premiação de práticas de governos estaduais e municipais. A iniciativa é da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas-FGV-Eaes e da Fundação Ford, com o apoio do BNDES. O intuito é analisar o que acontece na administração pública. Para conhecer essas experiências, basta acessar o site, que contém seminários, vídeos, programas de rádio e publicações impressas.

 www.inovando.fgvsp.br
 (11) 3281-7904

Amigos do Emprego

A ONG Amigos do Emprego tem a proposta de diminuir o problema crescente do desemprego que assola o país. Assim, promove palestras, cursos e seminários voltados ao desenvolvimento de oportunidades de trabalho e implantação e gestão de empresas. A instituição também dá apoio motivacional àqueles que não estão no mercado de trabalho, além de ter como meta apoiar políticas públicas de geração de trabalho e renda.

 (11) 5062-0303

Vitrine Social

Instituto Marquês de Salamanca



Produtos feitos na oficina culinária do instituto, que coordena ações educacionais no Rio de Janeiro.

- Cestas de palha com produtos: R\$ 45
- Produtos também são vendidos separadamente:
 - biscoito (canela, baunilha e chocolate): R\$2
 - Doce de leite: R\$4
 - Bolo (limão ou laranja): R\$2,50
 - Cesta de pano: R\$40

 (21) 2558-1851
 imds@imds.org.br

Associação Mundaréu

Bonecas de pano produzidas pela Associação para o Ecodesenvolvimento do Vale do Matutu, de Minas Gerais, que são comercializadas na loja da Associação Mundaréu.

- Bonecas de pano – de R\$30 a R\$34

 Rua Mourato Coelho, 998,
Vila Madalena – São Paulo/SP
 www.mundareu.org.br
 (11) 3032-4649



Sites

Situação Institucional

O site traz uma ferramenta que pode ser acessada gratuitamente de todo o país e analisa a situação institucional das organizações do Terceiro Setor. Assim, as entidades podem se adequar e se regularizar. Basta clicar no link *Diagnóstico Gratuito*, preencher o formulário de cadastramento e responder o questionário com informações da organização. A ONG cadastrada recebe o resultado em 24 horas.

 www.convergenciasocial.com.br



Portal do Professor

O portal disponibiliza uma ferramenta de criação de sites voltados para atividades acadêmicas. O professor pode fazer a manutenção do próprio site sem ajuda profissional, pois todas as instruções estão disponíveis. O serviço é gratuito.

 www.portaldoprofessor.com.br



Cidadania

O site desenvolvido pela Rede de Informações para o Terceiro Setor (Rits) traz informações sobre arte e cultura, crianças, direitos humanos, empregação, emprego, entre outros assuntos interessantes para a área social. Além de notas informativas com atualidades, também há entrevistas e discussões sobre temas especiais. Em época de eleição, há dicas para escolher um bom candidato.

 www.cidadania.org.br



Saúde e Vida On-line

O portal tem como objetivo dar informações sobre como prevenir doenças e ter uma vida mais saudável. Há ainda explicações específicas para homens, mulheres, adolescentes e crianças, e traz, separadamente, mais de 160 itens no índice, com temas que variam desde o problema da timidez até câncer de próstata.

 www.saudevidaonline.com.br





WASHINGTON ALVES/ODIVULGAÇÃO

Judô em favor de crianças carentes

Medalha de bronze em Atenas, o judoca Flávio Canto também dedica o esporte aos alunos do projeto social que mantém no Rio de Janeiro

DANIELA TCHERNIACOWSKI

O judoca Flávio Canto mostra medalha de bronze em Atenas

Aos 29 anos, Flávio Canto conquista, pela primeira vez, uma medalha olímpica numa carreira já celebrada por uma série de vitórias, como o ouro nos Jogos Pan-Americanos de Santo Domingo (2003), no Torneio de Ranqueamento Olímpico da Argentina (2003) e nos Jogos Sul-Americanos (2002).

Enquanto lutava pela medalha na Grécia, cerca de 400 crianças de Cidade de Deus e da favela carioca da Rocinha torciam pelo atleta. Todas são alunas de judô da ONG Instituto Reação que Canto mantém desde 2000. E foi para elas a homenagem pelo bronze em Atenas.

“Para uma criança carente, entrar em uma competição e ganhar de uma criança rica é a prova de que ela precisa para acreditar que é capaz, não só de vencer competições, mas de lutar por seus sonhos”, afirma.

Em entrevista à Revista Filantropia, o judoca conta como se interessou pela ação social.

Revista Filantropia: *Como começou sua história de engajamento social?*

Flávio Canto: Sempre carreguei um sentimento muito forte de indignação pela miséria e desigualdade em nosso país. Em 2000, resolvi fazer parte de uma idéia que hoje se chama Reação, que utiliza o judô como instrumento de inclusão social.

Filantropia: *Quais são as dificuldades que você enfrenta na ONG? Quais são as conquistas de seu trabalho social? O que ainda falta conquistar?*

FC: A parte administrativa é a mais chata e, por isso, a deixo com o diretor-administrativo. A maior conquista é perceber nos olhos de nossos atletas a determinação de lutar por seus objetivos. Temos algumas parcerias com outras ONGs, mas ainda é pouco. Falta mais organização para trabalharmos em rede.

Filantropia: *Como o esporte pode ajudar uma criança carente? E o judô, em especial?*

FC: O esporte é o instrumento ideal para inclusão social, desde que atrelado ao alto rendimento. Sem isso, ele perde força. É importante que haja a figura do ídolo para segurar as crianças no projeto, e de competições para motivar os atletas. Para uma criança carente entrar em uma competição e ganhar de uma criança rica é o que ela precisa para acreditar que é capaz não só de vencer competições, mas de lutar por seus sonhos.

Filantropia: *Como você encara a violência dos morros no Rio, como o da Rocinha, onde você mantém um trabalho social?*

FC: A violência é fruto de toda desigualdade e indiferença de nossa sociedade. Não estou lá para condenar o tráfico ou a violência. Minha função é levar cidadania.

Filantropia: *De volta ao Brasil, o que você espera fazer pela sua carreira e pelas atividades com a ONG?*

FC: Pretendo ampliar o projeto. Para isso, é preciso uma sala muito maior para atender a demanda de alunos. Talvez faça especialização ou mestrado relacionado ao Terceiro Setor quando parar de competir, mas, por enquanto, continuo treinando. 🌱

 www.institutoreacao.gov.br

WASHINGTON ALVES/ODIVULGAÇÃO



Flávio Canto vence polonês Krawczyk e ganha bronze em Atenas

Grupo de Trabalho Fome Zero

Para discutir e instalar o Grupo de Trabalho Fome Zero, cuja finalidade é intensificar as ações do Programa Fome Zero, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome organizou uma reunião com os ministros Antônio Palocci, da Fazenda; Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Guido Mantega, Orçamento e Gestão; Humberto Costa, da Saúde, e Tarso Genro, da Educação.



O ministro José Dirceu cumprimenta o colega Patrus Ananias durante reunião de instalação do Grupo de Trabalho Fome Zero

Brasil Alfabetizado

A redução do analfabetismo é uma das principais prioridades do atual governo. Em 2004, o Programa Brasil Alfabetizado iniciou a alfabetização de 1,6 milhão de jovens e adultos. O programa teve a adesão de 23 Estados e 370 municípios, além de 59 organizações não-governamentais e universidades. Outro objetivo é oferecer educação fundamental a todos os jovens e adultos que passarem pelo programa. A verba destinada à Educação de Jovens e Adultos (EJA) cresceu 11% em relação a 2003.

Aumento no número de vagas

A intenção do MEC é aumentar a oferta de vagas pelo governo para 40% até o fim de 2006. Atualmente, o governo é responsável por 22% das vagas em universidades. Segundo o secretário de Educação Superior do MEC, Nelson Maculan, o Ministério da Educação pretende oferecer 10 mil vagas, que surgirão com a criação da Universidade Federal do Grande ABC e a Federal de Grande Dourados, no Mato Grosso.

Lei do Fundef

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação, formada por diversas instituições brasileiras, pressionou o Procurador Geral da República, Cláudio Fonteles, a dar um posicionamento sobre a lei do Fundef. A ação aconteceu durante o Fórum Mundial de Educação em Porto Alegre. A campanha já entregou uma representação contra o governo federal exigindo providências judiciais sobre o descumprimento do valor mínimo e do conjunto do financiamento educacional. Entre 1998 e 2003, a violação da lei causou perdas de cerca de R\$ 13 bilhões.

Direitos de adolescentes homossexuais

O principal objetivo da oficina Infância e Adolescência: Sexualidade X Violação de Direitos, realizada pela Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Fundo de População das Nações Unidas em Brasília, foi elaborar políticas que assegurem os direitos dos jovens homossexuais. Na tentativa de minimizar o preconceito, o governo federal já havia lançado o Programa Brasil sem Homofobia, que propunha ações nas áreas de saúde, educação, justiça e cultura.



59ª Assembléia Geral da ONU

Durante a Assembléia Geral da ONU, em Nova Iorque, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que o mundo possui condições para superar os desafios econômicos. Sendo o primeiro a discursar, Lula ainda defendeu a criação de organismos internacionais democráticos e mudanças nas formas de crescimento global. O presidente George Bush, dos Estados Unidos, foi o segundo a discursar.



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva faz discurso na abertura da 59ª Assembléia Geral das Nações Unidas, na sede da ONU

Veto ao Choque Social

O conjunto de medidas Choque Social para Proteção da População de Baixa Renda, criado pelo senador Cristovam Buarque para acelerar o processo de combate à pobreza no país, foi vetado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O programa pretendia eliminar o analfabetismo até o final de 2007 e acelerar programas como o Bolsa-Família e as farmácias populares. Segundo o presidente, apesar de o programa apresentar medidas importantes, também contraria a independência dos Poderes.

Situação das Apaes

A situação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) em relação ao Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência (Paed) foi discutida em audiência pública na Câmara dos Deputados. O programa, criado em 2003 para complementar o repasse de recursos aos alunos portadores de deficiência, destina cerca de R\$ 7,4 milhões por ano a alunos de escolas privadas sem fins lucrativos.

Consórcio social

O programa Primeiro Emprego do Ministério do Trabalho formou mais de 7 mil jovens dos seis estados brasileiros por meio dos consórcios sociais. O programa, resultado de uma parceria entre o governo federal e os consórcios sociais, possibilita que os jovens formados pelos consórcios disputem vagas no mercado de trabalho, ou até que montem seus próprios negócios ou trabalhem como autônomos. Assim, conseguem mudar a realidade de exclusão social em que vivem. O Primeiro Emprego atende a jovens entre 16 e 24 anos com renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo.



Jovens durante formatura dos consórcios sociais

Oscar para políticas públicas

Durante a Semana Nacional pela Cidadania e Solidariedade, o presidente Lula propôs a criação de um prêmio nacional para homenagear as políticas públicas que mais contribuírem para o alcance dos objetivos do milênio. De acordo com o presidente, a escolha poderia ser feita por agências da Organização das Nações Unidas, organizações não-governamentais e universidades brasileiras.

Propostas de adolescentes

O secretário especial de direitos humanos, Nilmário Miranda, recebeu a Declaração dos Adolescentes da Visão Mundial para o Povo Brasileiro, produzida no I Encontro Nacional de Adolescentes com diversas propostas para as áreas de educação, saúde, cultura, trabalho, renda, participação e cidadania. O encontro, que reuniu cerca de 300 jovens em Brasília, tinha como objetivo aumentar o entendimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e discutir o protagonismo juvenil.

Participantes do I Encontro Nacional de Adolescentes fazem manifestação em frente ao Palácio do Planalto



WILSON DIAS / ABR

Planos para 2005

De acordo com os planos do governo, o investimento nos programas de proteção e formação de jovens deve crescer em 2005. A ideia é aprimorar a parceria com os Estados e municípios, unificando as ações. Segundo o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, o orçamento terá como prioridades o Fome Zero e a reforma agrária. Este ano, o programa Agente Jovem chegou aos 26 Estados e ao Distrito Federal e 58 mil jovens de famílias de baixa renda recebem bolsa mensal de R\$ 65.

Cor da Cultura

Uma parceria entre a Petrobrás, TV Globo, Fundação Roberto Marinho e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (Seppir) da Presidência da República deu origem ao projeto A Cor da Cultura, que será uma das ferramentas para implantar a lei federal que institui o ensino de História e Cultura da África e dos afrodescendentes para alunos do ensino fundamental e médio. O projeto prevê a criação de material audiovisual e impresso e capacitação de professores para utilizá-los em sala de aula.

A ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, discursa durante solenidade de lançamento do projeto A Cor da Cultura, no Palácio do Planalto



WILSON DIAS / ABR

Educação profissional e tecnológica

O Ministério da Educação e as entidades representantes de setores educacionais públicos e privados firmaram um pacto pela valorização da educação profissional e tecnológica, que virou o quarto eixo estratégico a ser implementado pelo MEC, juntamente com as propostas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), da reforma superior e dos programas de alfabetização.

Fórum Brasileiro da Economia Solidária

Com o objetivo de realizar trocas de experiências e discussões sobre comercialização, legislação, tecnologia, comunicação e fomento às cooperativas, realizou-se em agosto o I Encontro Nacional de Empreendimentos em Economia Solidária. A proposta era dar mais visibilidade à Economia Solidária no país. Entre os convidados da cerimônia de abertura estavam o ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, e o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto.

O ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, na abertura do I Encontro Nacional de Empreendimentos em Economia Solidária



ANTÔNIO CRUZ / ABR